



AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO 07/2024 - PROCESSO 1038/2024

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

SAE – SUPERINTENDÊNCIA DE ÁGUA E ESGOTO DE ARAGUARI-MG – PREGÃO ELETRÔNICO 07/2024, Autarquia Municipal Autônoma, concessionária dos serviços públicos de saneamento básico, torna público que, fará realizar a Licitação na modalidade **Pregão Eletrônico (Sistema de Registro de Preços)**, do tipo **menor preço global dos serviços**, entre todos os interessados, visando a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de telemetria para monitoração, rastreamento e gestão de frotas de veículos através de software, para atender as necessidades da Superintendência de Água e Esgoto de Araguari-MG, conforme Termo de Referência, Edital e demais Anexos, mediante instrumento contratual. Ficam convocados à competição licitatória todos aqueles que tiverem interesse na matéria e que se enquadrarem nas condições estabelecidas no inteiro teor do Edital, cujas cópias poderão ser obtidas **GRATUITAMENTE** no endereço via INTERNET SITE: www.sae-araguari.com.br. (link “licitações” ou Portal da Transparência + Licitações”). Maiores informações, pelos telefones (034) 3242-3579/3246-6697. O recibo do **ANEXO I** do Edital deverá ser remetido para a SAE através dos e-mails patricia@sae-araguari.com.br e licitasae@sae-araguari.com.br para eventuais comunicações aos interessados, quando necessário. (Data e hora do início da Sessão Pública = dia 07 de maio de 2024 às 13:00:00 horas).

**EDITAL DE LICITAÇÃO – PROCESSO Nº 1038/2024
PREGÃO ELETRÔNICO 07/2024
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**

ITEM	ÍNDICE/ASSUNTO
1	PREÂMBULO
2	OBJETO
3	CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO
4	DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
5	DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA
6	DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES
7	DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA
8	DA HABILITAÇÃO
9	DOS RECURSOS
10	DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA
11	DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO
12	DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
13	DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
14	DA RESCISÃO CONTRATUAL
15	DA ENTREGA E DO PAGAMENTO
16	DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
17	DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO
18	DA JUSTIFICATIVA DO CERTAME EXCLUSIVIDADE PARA EMPRESAS ENQUADRADAS COMO (ME/EPP/MEI).
19	DOS ÂMBITOS LOCAL E REGIONAL
20	DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

	ANEXOS
I	Recibo de retirada do Edital
II	Planilha de Quantidade e Preços/modelo de proposta
III	Modelo de Credenciamento
IV	Modelo de Declaração de condição de ME ou EPP
V	Minuta Instrumento Contratual
VI	Termo de Referência – Memorial Descritivo

EDITAL DE LICITAÇÃO
PROCESSO 1038/2024 - PREGÃO ELETRÔNICO 07/2024
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

1. PREÂMBULO

A SAE – SUPERINTENDÊNCIA DE ÁGUA E ESGOTO, Autarquia Municipal, com sede na Av. Hugo Alessi nº 50, Bairro Industrial, na Cidade de Araguari/MG, inscrita no CNPJ sob o nº 16.829.475/0001-25, criada pela Lei Municipal 1.333 de 28-06-68, alterada pela Lei Nº 2.625 em 28-11-90, com base nas Leis Municipais 6.757/2023 e 4.597/2010, Decretos Municipais 560/2023, 576/2023, 358/2023 e 116/2021, a Lei Complementar Federal n.º 123/2006, a Lei Complementar Federal n.º 147/2014, Decreto Federal 10024/2019, Lei Federal nº 14.133/21 e suas alterações, torna público que, fará realizar a Licitação na modalidade **Pregão Eletrônico (Sistema de Registro de Preços)**, do tipo **menor preço global dos serviços**, entre todos os interessados, visando a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de telemetria para monitoração, rastreamento e gestão de frotas de veículos através de software, para atender as necessidades da Superintendência de Água e Esgoto de Araguari-MG, conforme Termo de Referência, Edital e demais Anexos, mediante instrumento contratual. Ficam convocados à competição licitatória todos aqueles que tiverem interesse na matéria e que se enquadrarem nas condições estabelecidas no inteiro teor do Edital, cujas cópias poderão ser obtidas **GRATUITAMENTE** no endereço via INTERNET SITE: www.sae-araguari.com.br. (link "licitações" ou Portal da Transparência + Licitações"). Maiores informações, pelos telefones (034) 3242-3579/3246-6697.

ABERTURA DA SESSÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO
Data e hora do início da Sessão Pública = dia 07 de maio de 2024 às 13:00:00 horas
SITE PARA REALIZAÇÃO DO PREGÃO
www.licitanet.com.br - modo de disputa "ABERTO"

2. OBJETO

contratação de empresa especializada para prestação de serviços de telemetria para monitoração, rastreamento e gestão de frotas de veículos através de software, para atender as necessidades da Superintendência de Água e Esgoto de Araguari-MG, conforme Termo de Referência, Edital e demais Anexos.

Os fornecimentos serão inicialmente por um período de 05 (cinco) anos e, podendo ser prorrogado até 10 (dez) anos, conforme Lei 14.133/2021.

DOTAÇÃO FICHA 1103 - 03.02.20.00.17.512.0027.08.2.480.3.3.90.39.00.00

JUSTIFICATIVA

Motivação da aquisição

A contratação de empresa para a execução do objeto acima especificado faz-se necessária em vista da necessidade de monitoração e rastreamento dos veículos, para que haja total segurança, contribuindo de forma significativa para a gestão da frota de veículos da Superintendência de Água e Esgoto de Araguari-MG, permitindo a análise individual de rotas dos veículos, assim como da utilização racional da frota do Ente público. Além disso, o sistema de rastreamento servirá como sistema de prevenção de roubos e controle de sinistros, contribuindo para a produtividade, eficiência e economicidade na gestão da frota.

Para tanto, a Administração preocupou-se em realizar um procedimento com a melhor relação custo-benefício mediante a estipulação de critérios de aferição da qualidade.

Assim, sugere-se a formalização de processo licitação para a execução do objeto acima especificado, sob o critério de julgamento de menor valor global, visando ao atendimento dos princípios da economicidade e preservando a competitividade, lembrando que a economia de escala está sendo levada em consideração, consoante assevera o art. 18, VII c/c o art. 23, da Lei Federal nº 14.133/2021, prevalecendo, portanto, no presente caso, a economicidade como interesse da Administração.

NOTA:

O TR – Termo de Referência elaborado e encaminhado, devidamente assinado pelo Responsável pelo Setor ou Equipe Requisitante que o elaborou/formalizou, passa a fazer parte do Edital no Anexo VI para análise e condições plenas para formalização da proposta comercial/financeira pelos licitantes interessados, assim como, condições para participação na licitação que são de restrita responsabilidade do (s) mesmo (s).

O Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência, após devida análise pelo Controle Interno foram aprovados pela Autoridade Máxima da Autarquia, assim como, a Minuta do Edital, Contrato, e demais anexos, foram analisados pela Assessoria Jurídica antes da publicação oficial do Edital e seus Anexos.

3. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1. Além das condições contidas no Termo de Referência, ANEXO VI, poderão participar da presente licitação as pessoas jurídicas dos ramos pertinentes aos objetos especificados neste procedimento licitatório e que satisfaçam as condições e exigências contidas no presente edital.

3.1.1. Consideram-se Microempresas (MEs), Empresas de Pequeno Porte (EPPs) e Microempreendedores Individuais (MEIs) aptos à participação no presente certame aquelas que preenchem os requisitos descritos no art. 3º da Lei Complementar Federal n.º 123/2006 e do Decreto Federal n.º 8.538/2015, bem como que não se enquadrem em nenhuma das situações descritas no § 4º do referido art. 3º da Lei Complementar Federal n.º 123/2006.

3.1.1.1. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006, a não ser que, o Edital contemple justificadamente o contrário, podendo também, aplicar em outras formas de tratamento diferenciado estabelecida pelo município através de legislação vigente e descritas no presente.

3.1.2. Para fins de comprovação da condição de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, as licitantes deverão apresentar declaração contida no Anexo IV deste Edital, assinada pelo seu representante legal e/ou Certidão Simplificada da Junta Comercial.

3.1.3. Para fins de comprovação da condição de Microempreendedor Individual (MEI), as licitantes deverão apresentar declaração contida no Anexo IV deste Edital e/ou Certificado da Condição de Microempreendedor Individual, emitido pelo endereço eletrônico: <http://www.portaldoempreendedor.gov.br/mei-microempreendedor-individual/ccmei>.

3.2. Não poderão participar da presente licitação:

I. os interessados que se encontrem em situação de falência, concurso de credores, dissolução ou liquidação;

II. as empresas que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública; e

III. as empresas cujos dirigentes, gerentes, sócios ou componentes do seu quadro técnico sejam servidores do Município, de sua administração autárquica ou fundacional, em consonância com o disposto no art. 9º, § 1º, da Lei Federal n.º 14.133/2021.

IV. aquele que não atenda às condições deste Edital e seus Anexos.

3.3. A participação nesta licitação importa à proponente na irrestrita aceitação das condições estabelecidas no presente Edital, bem como, a observância dos regulamentos, normas administrativas e técnicas aplicáveis, inclusive quanto a recursos. A não observância destas condições ensejará no

sumário IMPEDIMENTO da proponente, no referido certame;

3.4. Não cabe aos licitantes, após sua abertura, alegação de desconhecimento de seus itens ou reclamação quanto ao seu conteúdo. Antes de elaborar suas propostas, as licitantes deverão ler atentamente o Edital e seus anexos, devendo estar em conformidade com as especificações do ANEXO VI (TERMO DE REFERÊNCIA);

3.5. Como requisito para participação no PREGÃO ELETRÔNICO o Licitante deverá manifestar, em campo próprio do Sistema Eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta de preços está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório, bem como a descritiva técnica constante do ANEXO VI (TERMO DE REFERÊNCIA);

3.6. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o licitante às sanções previstas no edital e Lei Federal nº 14.133/2021;

3.7. Poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO: via internet, os interessados cujo objetivo social seja pertinente ao objeto do certame, que atendam a todas as exigências deste Edital e da legislação a ele correlata, inclusive quanto à documentação, e que estejam devidamente credenciadas, através do site **www.licitanet.com.br**.

3.7.1. A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do licitante e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio da Plataforma Eletrônica, observada data e horário limite estabelecidos.

a) O custo de operacionalização pelo uso da Plataforma de Pregão Eletrônico, a título de remuneração pela utilização dos recursos da tecnologia da informação ficará a cargo do licitante, que poderá escolher entre os Planos de Adesão abaixo:

a.1. Para todas as empresas, inclusive ME, EPP e MEI's.

Avulso	30 dias	90 dias	180 dias	365 dias
R\$ 98,00	R\$ 143,00	R\$ 260,00	R\$ 395,00	R\$ 629,00

b) O referido pagamento/remuneração possui amparo legal no inciso VII do art. 2º da Lei nº 14.133/2021.

3.7.2. Independentemente de declaração expressa, a simples apresentação de proposta implica submissão a todas as condições estipuladas neste Edital e seus Anexos, sem prejuízo da estrita observância das normas contidas na legislação mencionada em seu preâmbulo;

3.7.3. Todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de propostas serão de responsabilidade exclusiva do licitante, não sendo a SAE de Araguari, em nenhuma hipótese responsável pelos mesmos. O licitante também é o único responsável pelas transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema Eletrônico, ou pela sua eventual desconexão;

3.7.4. As Licitantes interessadas deverão proceder ao credenciamento antes da data marcada para início da sessão pública via internet;

3.7.5. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema Eletrônico, no site: **www.licitanet.com.br**;

3.7.6. O credenciamento junto ao provedor do Sistema implica na responsabilidade legal única e exclusiva do Licitante, ou de seu representante legal e na presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico;

3.7.7. O uso da senha de acesso pelo Licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do Sistema, ou da SAE de Araguari promotora da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que, por terceiros;

3.7.8. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas ao provedor do Sistema para imediato bloqueio de acesso;

3.8. A participação na sessão pública da internet dar-se-á pela utilização da senha privada do licitante.

3.8.1. Os documentos necessários à participação na presente licitação, compreendendo os documentos referentes à proposta de preço e à habilitação (e seus anexos), deverão ser apresentados no idioma oficial do Brasil, com valores cotados em moeda nacional do país;

3.8.2. Quaisquer documentos necessários à participação no presente certame, quando apresentados em língua estrangeira, deverão ser autenticados pelos respectivos consulados e traduzidos para o idioma oficial do Brasil por tradutor juramentado neste país;

3.8.3. Não serão aceitos documentos apresentados por meio de fitas, discos magnéticos, filmes ou cópias em fac-símile, mesmo autenticadas, salvo quando expressamente permitidos no Edital;

3.8.4. Admitem-se fotos, gravuras, desenhos, gráficos ou catálogos apenas como forma de ilustra-

ção dos itens constantes da proposta de preços;

3.8.5. Os licitantes devem estar cientes das condições para participação no certame e assumir a responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados;

3.8.6. O contratado deverá manter, durante toda a vigência do contrato, as mesmas condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

3.8.7. Os licitantes interessados em usufruir dos benefícios estabelecidos pela Lei Complementar nº 123/2006 deverão atender às regras de identificação, atos e manifestação de interesse, bem como aos demais avisos emitidos pelo Pregoeiro ou pelo sistema eletrônico, nos momentos e tempos adequados;

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema (www.licitanet.com.br), concomitantemente com os documentos de HABILITAÇÃO exigidos no edital, proposta com a "DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO OFERTADO", incluindo QUANTIDADE, PREÇO e a MARCA (esta última, se for óbvio a necessidade), conforme o caso, simultaneamente os documentos de habilitação e as propostas em conformidade com Art. 8º, inciso I, Art. 39, § 1º, § 2º e § 3º da Instrução Normativa SEGES/ME N° 73/09/2022, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico quando solicitado pelo agente ou comissão de contratação.

4.1.1. Documentos complementares à proposta e à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital, serão encaminhados pelo (s) licitante (s) melhor (es) classificado (s) após o encerramento do envio de lances **por meio do sistema (www.licitanet.com.br)**, conforme solicitado.

4.2. As propostas cadastradas no Sistema **NÃO DEVEM CONTER NENHUMA IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA PROPONENTE**, visando atender o princípio da impessoalidade e preservar o sigilo das propostas.

4.2.1 Em caso de identificação da licitante na proposta cadastrada, esta será DESCLASSIFICADA pelo pregoeiro;

4.2.2- Após declarado o vencedor do certame, o Pregoeiro e Equipe de Apoio, analisarão toda documentação apresentada pela licitante vencedora, inclusive a proposta inicial "COMPLETA", se for

o caso, com a devida assinatura do Representante Legal, conforme ANEXO II e ANEXO VI e, não tem relação com a proposta inicial lançada no sistema "**LICITANET**".

4.3. A Licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema Eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras sua proposta de preços e lances inseridos em sessão pública;

4.3.1. O licitante deverá obedecer rigorosamente aos termos deste Edital e seus anexos e o proposta ofertada deverá atender plenamente às descrições/condições contidas no Edital e seus Anexos.

4.4. Na Proposta de Preços inserida no sistema deverão estar incluídos todos os insumos que o compõem, como despesas com mão-de-obra, materiais, equipamentos, impostos, taxas, fretes, descontos e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto desta licitação;

4.5. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha;

4.6. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006;

4.7. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta;

4.8. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances;

4.9. O Licitante será inteiramente responsável por todas as transações assumidas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como verdadeiras e firmes suas propostas e subsequentes lances, bem como acompanhar as operações no sistema durante a sessão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor unitário e total do lote.

5.1.2. Marca, quando for o caso.

5.1.3. Fabricante, quando for o caso.

5.1.4. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso.

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do Objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. No horário estabelecido neste Edital, o pregoeiro abrirá a sessão pública, verificando as propostas de preços lançadas no sistema, as quais deverão estar em perfeita consonância com as especificações e condições detalhadas no item 5.1 do edital.

6.2. O pregoeiro poderá suspender a sessão para visualizar e analisar, preliminarmente, a proposta ofertada que se encontra inserida no campo "DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO" do sistema, confrontando suas características com as exigências do Edital e seus anexos (podendo, ainda, ser

analisado pelo órgão requerente), DESCLASSIFICANDO, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade, que forem omissas ou apresentarem irregularidades insanáveis.

6.3. As licitantes deverão manter a impessoalidade, não se identificando, sob pena de serem desclassificadas do certame pelo pregoeiro.

6.4. Em seguida ocorrerá o início da etapa de lances, via Internet, única e exclusivamente, no site <https://licitanet.com.br/>, conforme Edital.

6.5. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.6. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema. O lance deverá ser ofertado pelo valor **GLOBAL DOS SERVIÇOS**.

6.7. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser no mínimo R\$ 100,00 (CEM REAIS) inferior ao menor preço apresentado.

6.8. SERÁ ADOTADO PARA O ENVIO DE LANCES NO PREGÃO ELETRÔNICO O MODO DE DISPUTA "ABERTO".

6.8.1. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

6.9. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "ABERTO", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.9.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.9.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.9.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

6.9.4. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

6.10. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "ABERTO E FECHADO", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

6.10.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.10.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.10.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

6.10.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.10.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "FECHADO E ABERTO", poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

6.11.1 Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no lote, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

6.11.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.11.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12. Serão aceitos somente lances em moeda corrente nacional (R\$), com VALORES UNITÁRIOS E TOTAIS com no máximo 02 (duas) casas decimais ou percentuais, conforme o caso, considerando as quantidades constantes no ANEXO VI - TERMO DE REFERÊNCIA. Caso seja encerrada a fase de lances e a licitante divergir com o exigido, o pregoeiro, poderá convocar no CHAT MENSAGEM para atualização do referido lance, e/ou realizar a atualização dos valores/percentuais arredondando-os PARA MENOS automaticamente caso a licitante permaneça inerte.

6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.14. Durante o transcurso da sessão pública, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado que tenha sido apresentado pelas demais licitantes, vedada a identificação do detentor do lance.

6.15. Sendo efetuado lance manifestamente inexequível, o pregoeiro poderá alertar o proponente sobre o valor cotado para o respectivo item, através do sistema, o excluirá, podendo o mesmo ser confirmado ou reformulado pelo proponente.

6.16. A exclusão de lance é possível somente durante a fase de lances, conforme possibilita o sistema eletrônico, ou seja, antes do encerramento do LOTE.

6.17. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o Sistema Eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos lances.

6.18. O pregoeiro, quando possível, dará continuidade a sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

6.19. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas (24) vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação no site <https://licitanet.com.br/>.

6.20. Incumbirá à licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante a sessão pública do Pregão Eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Sistema ou de sua desconexão.

6.21. A desistência em apresentar lance implicará exclusão da licitante na etapa de lances e na manutenção do último preço por ela apresentado, para efeito de ordenação das propostas de preços.

6.22. Nos casos específicos, em relação a itens NÃO exclusivos, quando for o caso, para participação de microempresas e empresas de pequeno porte ou equiparadas, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, onde:

I. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006 e suas alterações.

II. Entende-se como empate àquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores a proposta melhor classificada, depois de encerrada a etapa de lances.

III. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

IV. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

V. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

VI. Na hipótese de não-contratação nos termos previstos neste item, convocação será em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

VII. O disposto no item **III** somente se aplicará quando a melhor oferta não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

6.23. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa ABERTO E FECHADO.

6.23.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.23.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.23.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.23.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.23.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.23.2. Em igualdade de condições, persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.23.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.23.2.2. empresas brasileiras;

6.23.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.23.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.24. Persistindo ainda o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

6.25. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente;

6.26. Encerrada a etapa de lances, o Pregoeiro verificará se o preço da proposta final se encontra em conformidade com o valor de referência obtido para o LOTE, conforme se extrai do "Quadro Comparativo de Prévias" que instrui a solicitação.

6.27. Entende-se por "valor de referência" o preço médio alcançado para o LOTE descrito no "Quadro Comparativo de Prévias".

6.28. Se o preço obtido na etapa de lances estiver de acordo com o valor de referência, o Pregoeiro o aceitará para o item.

6.29. Caso o melhor preço apurado na etapa de lances esteja superior ao valor de referência, o Pregoeiro divulgará o aludido valor ao licitante classificado em primeiro lugar, com quem negociará diretamente.

6.30. A negociação será considerada exitosa se o preço obtido for menor ao "valor de referência", hipótese em que o Pregoeiro declarará o item classificado para habilitação.

6.31. Após a negociação, mantido o preço acima do "valor de referência" pelo licitante, o Pregoeiro declarará o LOTE como fracassado.

6.32. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o me-

Ihor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital. Neste caso, o Pregoeiro não irá solicitar ao licitante melhor classificado que, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, porém, poderá solicitar, se for o caso, o envio de documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.32.1. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26, do Decreto 10.024/2019, e verificará a habilitação do licitante conforme disposições do edital, observado o disposto no Capítulo X do Decreto 10.024/2019.

7.2. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

7.3. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

7.4. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

7.5. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

7.5.1. O prazo estabelecido no subitem anterior poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro mediante solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes do término do prazo de duas horas, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

7.5.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contêm as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

7.5.3. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.5.4. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade.

7.5.5. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

7.5.6. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

7.5.7. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.5.8. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

7.5.9. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

8. DA HABILITAÇÃO

8.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação.

8.1.1 No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

8.1.2 Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

8.1.3 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

8.1.4 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.1.5. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.1.6. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes à Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, por constar no próprio documento que é válido para matriz e filiais, bem assim quanto ao Certificado de Regularidade do FGTS, quando o licitante tenha o recolhimento dos encargos centralizado, devendo, desta forma, apresentar o documento comprobatório de autorização para a centralização.

8.2. A regularidade da habilitação do licitante será confirmada por meio da análise dos seguintes documentos, a saber:

8.2.1. REGULARIDADE JURÍDICA

8.2.1.1. *No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.*

8.2.1.2. *Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br.*

8.2.1.3. Ato constitutivo - Estatuto ou Contrato Social - e a última alteração em vigor (que poderá ser apresentada na forma consolidada, substituindo o contrato original), devidamente registrados e arquivados na repartição competente, para as Sociedades Comerciais, e, em se tratando de Sociedades por Ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, com a publicação no Diário Oficial da Ata de Assembleia que aprovou o Estatuto, e cópia da Certidão de Arquivamento na repartição competente.

8.2.1.4. Inscrição do ato constitutivo, no caso de Sociedades Civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício.

8.2.1.5. Decreto de autorização, em se tratando de empresas ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

8.2.2. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

8.2.2.1. Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (**CNPJ**) do Ministério da Fazenda devidamente válida.

8.2.2.2. Prova de **Inscrição** no Cadastro dos Contribuintes **Estadual ou Municipal**, relativo ao domicílio ou sede do Licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

8.2.2.2.1. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.2.2.3. Prova de regularidade para com as **Fazendas Federal** (Portarias MF358, de 05/09/2014 e MF443, de 17/10/2014), **Estadual e Municipal**, relativo ao domicílio ou sede do Licitante, ou outra equivalente na forma da Lei.

8.2.2.4. Prova de regularidade junto ao **FGTS** (CRF), expedido pela CEF - Caixa Econômica Federal, demonstrando o cumprimento com os encargos sociais instituídos por lei.

8.2.2.5. CNDT (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas), inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de **Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Trabalhistas**.

8.2.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

8.2.3.1. A regularidade da qualificação econômico-financeira das licitantes será confirmada por meio da análise de Certidão Negativa de Falência e Recuperação Judicial (antiga Concordata), expedida pelo cartório distribuidor da comarca da sede da pessoa jurídica ou de execução de pessoa física, com emissão em prazo não superior 90 (noventa) dias da data prevista para o início da sessão, de acordo com o inciso II do art. 69 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

8.2.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

8.2.4.1. A regularidade da qualificação técnica exigida das licitantes será confirmada por meio da comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, através da apresentação de no mínimo 01 (um) atestado de desempenho anterior, conforme art. 67 § 2º da Lei 14.133/2021, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprobatório da capacidade técnica para atendimento ao objeto da presente licitação.

8.2.4.2. Os atestados de Capacidade Técnica terão prazo de validade indeterminado, salvo quando neste estiver explícita a sua validade.

8.2.5. Declaração de que não contratará e nem empregará nos serviços da SAE, durante a vigência do contrato, empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de Membros ou servidores vinculados a SAE.

8.2.6. As empresas licitantes deverão juntamente com a proposta, indicar um técnico qualificado, acompanhado de comprovação de qualificação, para execução da instalação dos equipamentos. A comprovação deverá ser feita através da CERTIDÃO do CREA ou Conselho Profissional competente, devidamente atualizada.

8.2.7. Apresentar a Certificação do equipamento emitida pela Anatel.

8.2.5. DECLARAÇÕES:

8.2.5.1. Certidão expedida pela Delegacia Regional do Ministério do Trabalho com jurisdição sob o domicílio/sede da licitante, explicitando a "Inexistência de Ilícitos Trabalhistas Praticados em face de trabalhadores Menores", de acordo com o inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, Lei Federal nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, artigo 68, inciso VI da Lei 14.133/2021, e/ou podendo esta Certidão ser substituída por Declaração firmada pelo licitante relativa ao trabalho de menores, conforme Decreto 4.358 de 05 de setembro de 2002, (Modelo no Anexo V do presente Edital).

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO ART. XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

A empresa, CNPJ n.º, declara, sob as penas da lei, que não possui trabalhadores menores de 18 anos realizando trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de qualquer trabalho a menores de 16 anos, segundo determina o inciso VI do art. 68 da Lei Federal n.º 14.133/2021 (com redação dada pela Lei Federal n.º 9.854/99), salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, na forma da lei.

Data e local:

Assinatura do Representante Legal

8.2.5.2. *Declaração do Anexo IV - Conforme modelo de declaração de enquadramento de microempresa, empresa de pequeno porte, se for o caso;*

8.2.5.3. *Conforme modelo de declaração de Atendimento pleno a todos os requisitos de habilitação:*

DECLARAÇÃO

A empresa, CNPJ n.º, declara, sob as penas da lei, que atende plenamente todos os requisitos de habilitação exigidos para participar do Pregão Eletrônico nº 000000000, inclusive, de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas. (Art. 63, incisos I e IV da Lei 14.133/2021).

Data e local

Nome e assinatura do Diretor ou Representante Legal

8.2.5.4- *Declaração de custos da proposta econômica;*

DECLARAÇÃO

A empresa, CNPJ n.º, declara, sob as penas da lei, que a sua proposta econômica/financeira compreende a integralidade dos custos e despesas com mão de obra, fornecimento de materiais, equipamentos de qualquer tipo, ferramentas, combustíveis, uniformes para os funcionários, bem como todos os custos com a administração do contrato, responsabilidade civil por quaisquer danos eventualmente causados a terceiros, seguros em geral, dispêndios resultantes de impostos, taxas, regulamentos e posturas municipais, estaduais ou federais, custos financeiros e lucros, atendimento dos direitos trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, constituindo-se, assim, a qualquer título, a única e completa remuneração da **CONTRATADA** pela adequada e perfeita execução dos e serviços/equipamentos.

Data e local

Nome e assinatura do Diretor ou Representante Legal

8.3. Não serão aceitos protocolos de pedidos ou solicitações de documentos, em substituição aos documentos requeridos no presente Edital.

8.3.1. A condição expressa no **subitem 8.3** exige a possibilidade de apresentação posterior de **documento inexistente à data da Sessão**, conforme Art. 64, I da Lei 14.133/2021, ou seja, **documento que a licitante não detém à data de abertura da Sessão não é condição pré existente**, portanto, nesse caso, não cabe diligência por parte da Administração por aplicabilidade da isonomia, igualdade e legalidade entre os participantes.

8.4. *O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício, se exigido no Edital e seus anexos.*

8.5. Os documentos provenientes da rede mundial de computadores ("internet") terão sua autenticidade certificada junto às páginas eletrônicas ("sites") dos respectivos órgãos emissores, para os devidos fins de habilitação.

8.6. A Microempresa - ME, a Empresa de Pequeno Porte - EPP e o Microempreendedor Individual - MEI deverão apresentar toda a documentação exigida para a habilitação, inclusive os documentos comprobatórios da regularidade fiscal, mesmo que estes apresentem alguma restrição.

8.6.1. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

8.6.2. A prorrogação do prazo para a regularização fiscal dependerá de requerimento, devidamente fundamentado, dirigido ao Pregoeiro.

8.7. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

8.8. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

8.9. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

8.10. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

8.11. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.12. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

8.13. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

9. DOS RECURSOS

9.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

9.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

9.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

9.3.2. O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

9.3.3. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

9.3.4. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

9.5. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

9.6. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.7. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

9.8. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.9. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.10. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.11. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico www.licitanet.com.br.

10. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

10.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

10.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

10.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

10.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

10.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

10.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos na plataforma, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

11. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

11.1. Inexistindo manifestação recursal das licitantes, o Pregoeiro adjudicará o(s) objeto(s) da licitação à(s) licitante(s) vencedora(s), com a posterior homologação do resultado pela Autoridade Superior.

11.2. Decididos os recursos porventura interpostos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a Autoridade Superior, adjudicará o(s) objeto(s) à(s) licitante(s) vencedora(s) e homologará o procedimento licitatório.

12. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1. A Ata de Registro de Preços terá validade e vigência de **12 (doze) meses**, contados a partir da assinatura do Superintendente da SAE e, obedecerá às condições estabelecidas no inteiro teor do Edital e seus Anexos.

12.1.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 01 (um) ano, podendo ser prorrogada por igual período, conforme o art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

12.2. A Ata de Registro de Preços não poderá sofrer acréscimos nos quantitativos fixados, inclusive o acréscimo de que trata o art. 125 da Lei nº 14.133/2021.

12.3. Desde que devidamente justificada a vantagem, a Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador.

12.4. Os órgãos e entidades que não participaram do Registro de Preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão consultar o órgão gerenciador da Ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

12.5. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações **presentes** e **futuras** decorrentes da Ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

12.6. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a **cinquenta por cento** dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na Ata de Registro de Preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

12.7. O quantitativo decorrente das adesões à Ata de Registro de Preços não poderá exceder, na totalidade, ao **dobro** do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

12.8. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até **noventa dias**, observado o prazo de vigência da Ata.

12.9. Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o con-

tradiatório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias Contratações, informado as ocorrências ao Órgão gerenciador.

12.10. É facultada aos órgãos ou entidades da Administração Pública do Município de Araguari, a adesão à Ata de Registro de Preços gerenciada pela Administração Pública Federal, do Estado de Minas Gerais e de outros Municípios do Estado de Minas Gerais.

12.11. É facultada aos órgãos ou entidades municipais, distritais ou estaduais a adesão à Ata de Registro de Preços da Administração Pública do Município de Araguari.

13. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1. A Ata de Registro de Preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 14.133/2021.

14. DA RESCISÃO CONTRATUAL

14.1. O Contrato poderá ser rescindido pela Administração Contratante, a qualquer tempo, em conformidade com o disposto nos arts. 137, 138, 139 e seus parágrafos, da Lei Federal n.º 14.133/2021.

14.2. A rescisão imediata do Contrato será cabível, além de outras hipóteses legais, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial e sem prejuízo de outras penalidades, quando a(s) licitante(s) contratada(s):

I. falir, for objeto de concurso de credores, dissolução ou liquidação;

II. transferir, no todo ou em parte, as obrigações decorrentes desta licitação;

III. deixar de cumprir, total ou parcialmente, as obrigações contratuais;

IV. desatender às determinações do servidor designado pela Administração Contratante, no exercício de suas atribuições de acompanhamento e fiscalização da execução do Contrato;

V. cometer, reiteradamente, faltas na execução do Contrato;

VI. for objeto de fusão, cisão ou incorporação que prejudique o cumprimento do Contrato.

15. DA ENTREGA E DO PAGAMENTO

15.1. O prazo para entrega dos produtos/equipamentos/serviços do presente, será em **conformidade com Termo de Referência (Anexo VI do Edital), Edital e demais Anexos**, da data de emissão e recebimento das referidas Requisições/Autorizações/documento hábil pela Contratada e, cumpridas todas as condições do ANEXO VI (Termo de Referência), Edital e seus Anexos, correndo por conta da contratada todas as despesas de correntes, como: fretes, embalagens, seguros, mão de obra etc.. Caso a contratada não tenha sede ou filial em Araguari-MG, deverá no máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da assinatura do contrato, apresentar nesta localidade pessoa devidamente autorizado para representá-la administrativa, comercial, técnica e judicialmente, perante a SAE durante toda a vigência do contrato. Nesta hipótese, constituída representação, a contratada deverá informar esse fato ao gestor do contrato, para que este providencie a emissão da Autorização para iniciar o serviço.

15.2. O pagamento será efetuado através de depósito bancário, em conta corrente a ser informada pela Contratada.

15.2.1. O(s) pagamento(s) pelo(s) serviços/equipamentos/materiais do presente será(ão) efetuado(s) **MENSALMENTE, COM ATÉ 10 (DEZ) DIAS DO MÊS SUBSEQUENTE À PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**, após recebimento definitivo, mediante a liquidação do Objeto contratado em consequência do aceite da SAE através da Fiscalização do Contrato nomeada pela Administração, concomitantemente com apresentação da(s) Notas(s) Fiscal(ais), assim como, toda documentação exigida no Instrumento Contratual ou outro hábil deverá ser entregue na Gerência Financeira, se for o caso, devendo ainda, serem cumpridos todos os procedimentos exigidos no Termo de Referência, Edital e seus Anexos.

15.3. Os serviços/equipamentos deverão possuir garantia da empresa contratada conforme Termo de Referência (Anexo VI) do Edital.

15.4. A(s) despesa(s) decorrente(s) desta licitação correrá(ão) por conta da(s) Dotação(ões) Orçamentária(s):

Ficha/Dotação
FICHA 1103 - 03.02.20.00.17.512.0027.08.2.480.3.3.90.39.00.00

16. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. Além das prescritas no Termo de Referência, se a contratada ensejar o retardamento da execução do objeto e não cumprir as condições do Edital, seus Anexos, (Termo de Referência), não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na sua execução, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública e será descredenciada do procedimento licitatório;

16.2. Além dos prescritos no Termo de Referência, ficam estabelecidos os seguintes percentuais de multas, aplicáveis quando do descumprimento contratual:

16.2.1. 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento) por dia de atraso na execução do objeto, ou por dia de atraso no cumprimento de obrigação contratual ou legal, até o 30º (trigésimo) dia, calculados sobre o valor do contrato, por ocorrência;

16.2.2. 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias, na execução do objeto ou no cumprimento de obrigação contratual legal, com a possível rescisão contratual;

16.2.3. 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, na hipótese de a contratada, injustificadamente, desistir do contrato ou der causa à sua rescisão, bem como nos demais casos de descumprimento contratual, quando a Prefeitura, em face da menor gravidade do fato mediante motivação da autoridade superior, poderá reduzir o percentual da multa a ser aplicada.

16.3. As multas não são compensatórias e não excluem as perdas e danos resultantes;

16.4. Caso a contratada não possa cumprir o prazo estipulado para a entrega, total ou parcial, dos bens solicitados, deverão apresentar justificativa por escrito, devidamente comprovada nos casos de ocorrência de fato superveniente, excepcional ou imprevisível, estranho a vontade das partes que altere fundamentalmente as condições estabelecidas; e de impedimento de sua execução por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência;

16.5. A solicitação de prorrogação, contendo o novo prazo para entrega dos bens solicitados, deverá ser encaminhada à Contratada, até o vencimento do prazo de prestação inicialmente estipulado, ficando a critério da Contratante a sua aceitação;

16.6. As sanções previstas, em face da gravidade da infração, poderão ser aplicadas cumulativamente, após regular Processo Administrativo em que se garantirá a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa.

16.7. Da Extensão das Penalidades

16.7.1. A sanção relativa à suspensão temporária de participação em licitação e de contratar com a Administração Pública poderá ser também aplicada àqueles que:

- I.** retardarem a execução do Pregão;
- II.** demonstrarem não possuir idoneidade para contratar com a Administração; ou
- III.** fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal.

17. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

17.1. Até 03 (três) dia úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa inclusive licitante, poderá solicitar esclarecimentos ou impugnar o ato convocatório.

17.2. Os esclarecimentos ou impugnações deverão ser formalizados por forma eletrônica através do site www.licitanet.com.br. Não será aceita outra forma de apresentação/formalização das solicitações, a não ser que, a plataforma esteja inoperante dentro do prazo legal para apresentação, devendo o interessado comunicar/contatar o Pregoeiro ou Presidente da Comissão de Licitações, conforme o caso, informando a inoperância, onde, o responsável informará outra forma de apresentação/formalização das solicitações dentro do prazo legal. Também não serão aceitas solicitações fora do prazo legal. (Telefones: (34) – 3242-3579 – 3246-6697 – 3241-7303).

17.3. Caberá ao Pregoeiro, decidir sobre a petição no prazo de até 3 (três) dias úteis contados da sua protocolização, apoiado pelo jurídico, Setor Requisitante e Setor Técnico, conforme o caso.

17.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame;

17.5. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame;

17.6. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação;

17.7. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

17.8. Eventuais modificações no edital implicarão nova divulgação na mesma forma de sua divulgação inicial, além do cumprimento dos mesmos prazos dos atos e procedimentos originais, **exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas**, conforme § 1º do Art. 55 da Lei 14.133/2021

18. DA JUSTIFICATIVA DO CERTAME EXCLUSIVIDADE PARA EMPRESAS ENQUADRADAS COMO (ME/EPP/MEI).

18.1. O município estabelece a prioridade para contratação de MEs, EPPs E MEIs sediadas em seu território ou na região, no entanto, não se aplica o disposto quando não houver o mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas, empresas de pequeno porte ou microempreendedor individual capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório. Entende-se como **ÂMBITO LOCAL**: limites geográficos do Município de Araguari – MG, Art. 4º inc. I da Lei Municipal 6.757 de 25 de abril de 2023, **ÂMBITO REGIONAL**: descritos no Art. 4º inc. II do mesmo Diploma.

18.2. A Lei mencionada estabelece normas para a consecução do tratamento diferenciado, simplificado e favorecido às microempresas, empresas de pequeno porte e ao microempreendedor individual - MEI nas aquisições públicas do Município de Araguari, com fulcro na Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e na Lei Municipal nº 4.697, de 17 de novembro de 2010, e suas alterações, tendo por base as seguintes premissas:

I- A promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito local e regional.

II- A ampliação da eficiência das políticas públicas.

III- O exercício da função social da licitação.

18.3. Trata-se de licitação diferenciada (valor até R\$80.000,00 e posteriores alterações deste valor, por item ou cota de até 25% do objeto contratado e o preço seja compatível com a realidade de mercado, para licitante enquadradas como **(ME/EPP/MEI)** que tenha efetivamente participado da licitação e ofertado preço que, apesar de superior ao menor ofertado, esteja dentro da margem de preferência.

18.4. O artigo 47, da Lei Complementar 123/2006, estabelece que nas contratações públicas deverá ser concedido tratamento diferenciado e simplificado para as **(ME/EPP/MEI)**. Os objetivos são a promoção de desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação tecnológica.

19. DOS ÂMBITOS LOCAL E REGIONAL

19.1. Com fulcro na Lei Complementar 123/2006, combinado com o disposto na Lei Municipal 6.757 de 25 de abril de 2023, fica estabelecida a preferência para contratação de microempreendedores, microempresas, empresas de pequeno porte sediadas no município de Araguari – MG, ou na região, até o limite de 10% (dez por cento) acima do menor preço válido, sendo que, na modalidade de pregão, o intervalo percentual estabelecido será de até 5% (cinco por cento).

19.2. A prioridade precedente será para as empresas **(ME/EPP/MEI)** sediadas no município de **Araguari – MG**.

19.2. Não havendo **(ME/EPP/MEI)** sediada no município de Araguari – MG, ou o valor destas estarem acima do limite de 10% (dez por cento) do melhor preço válido, a prioridade será das empresas localizadas nos municípios do âmbito regional.

19.3. Compreende-se por âmbito regional, nos limites geográficos da mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, conforme definição atual e posteriores que venham a ser feitas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, compondo-se atualmente pelos seguintes municípios:

QT.	CIDADES	QT.	CIDADES
1	Abadia dos Dourados	2	Água Comprida
3	Araguari (ÂMBITO LOCAL)	4	Araporã
5	Arapuá	6	Araxá
7	Cachoeira Dourada	8	Campina Verde
9	Campo Florido	10	Campos Altos
11	Canápolis	12	Capinópolis
13	Carmo do Paranaíba	14	Carneirinho
15	Cascalho Rico	16	Centralina
17	Comendador Gomes	18	Conceição das Alagoas
19	Conquista	20	Coromandel
21	Cruzeiro da Fortaleza	22	Delta
23	Douradoquara	24	Estrela do Sul
25	Fronteira	26	Frutal
27	Grupiara	28	Guimarânia
29	Gurinhata	30	Ibiá

31	<i>Indianópolis</i>	32	<i>Ipiaçú</i>
33	<i>Iraí de Minas</i>	34	<i>Itapagipe</i>
35	<i>Ituiutaba</i>	36	<i>Iturama</i>
37	<i>Lagoa Formosa</i>	38	<i>Limeira do Oeste</i>
39	<i>Matutina</i>	40	<i>Monte Alegre de Minas</i>
41	<i>Monte Carmelo</i>	42	<i>Nova Ponte</i>
43	<i>Patos de Minas</i>	44	<i>Patrocínio</i>
45	<i>Pedrinópolis</i>	46	<i>Perdizes</i>
47	<i>Pirajuba</i>	48	<i>Planura</i>
49	<i>Prata</i>	50	<i>Pratinha</i>
51	<i>Rio Paranaíba</i>	52	<i>Romaria</i>
53	<i>Sacramento</i>	54	<i>Santa Juliana</i>
55	<i>Santa Rosa da Serra</i>	56	<i>Santa Vitória</i>
57	<i>São Francisco de Sales</i>	58	<i>São Gotardo</i>
59	<i>Serra do Salitre</i>	60	<i>Tapira</i>
61	<i>Tiros</i>	62	<i>Tupaciguara</i>
63	<i>Uberaba</i>	64	<i>Uberlândia</i>
65	<i>União de Minas</i>	66	<i>Veríssimo</i>

20. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

20.1. Este edital deverá ser lido e interpretado na íntegra, sendo que, após apresentação da documentação e da proposta não serão aceitas alegações de desconhecimento ou discordância de seus termos.

20.2. É facultado ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer, instruir ou complementar a instrução do processo e a aferição do ofertado, bem como solicitar a Órgãos competentes a elaboração de pareceres técnicos destinados a fundamentar as decisões a serem proferidas.

20.3. É vedado à licitante vencedora subcontratar total ou parcialmente a(s) prestação(ões) de serviço(s) referente ao objeto deste Pregão.

20.4. A presente licitação somente poderá ser revogada, por razões de interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulada, em todo ou em parte, por ilegalidade reconhecida de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

20.5. A reprodução deste edital estará disponível, gratuitamente através do site da SAE de Araguari/MG: www.saearauari.com.br. (link "licitações" ou Portal da Transparência + Licitações")

20.6. O Pregoeiro, no interesse da administração, poderá relevar omissões puramente formais observadas na documentação e proposta, desde que não contrarie a legislação vigente e não comprometam a lisura da licitação sendo possível a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, estabelece o art. 59 § 2º e art. 64 da Lei 14.133/2021.

20.7. O presente Edital e seus Anexos, bem como as propostas dos licitantes vencedores farão parte integrante do Registro de Preços/Contrato, independentemente de transcrição.

20.8. A presente licitação poderá ser revogada em face de razões de interesse público, derivadas de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, sendo anulada por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

20.9. Os proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a **SAE – SUPERINTENDÊNCIA DE ÁGUA E ESGOTO** não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

20.10. Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

20.11. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

20.12. Informações complementares que se destinem a conferir mais esclarecimentos sobre a presente licitação serão prestadas pelo Pregoeiro(a) ou Presidente de Comissão de Licitações, conforme o caso, pelos telefones: (34) 3246-6697 – 3242-3579).

20.13. A licitante vencedora obrigará-se a manter, até a data de pagamento(s) todas as condições de **habilitação e qualificação exigidas na licitação**, devendo comunicar à **CONTRATANTE**, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a execução do Instrumento Contratual.

20.14. A contratação não estabelece qualquer vínculo de natureza empregatícia ou de responsabilidade entre a superintendência de Água e Esgoto de Araguari e os agentes, prepostos, empregados ou demais pessoas da CONTRATADA designadas para a execução do objeto contratado, sendo a

CONTRATADA a única responsável por todas as obrigações e encargos decorrentes das relações de trabalho entre ela e seus profissionais ou contratados, previstos na legislação pátria vigente, seja trabalhista, previdenciária, social, de caráter securitário ou qualquer outra;

20.15. O Contrato de obras ou para prestação de **serviços e fornecimentos continuados**, se for o caso, cujo se inclui o **OBJETO DE SERVIÇO MISTO** (SERVIÇO E COMPRA), onde, o **Objeto predominante** é a **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS**, para cuja realização deve agregar-se, como **"ACESSÓRIO"** segue o principal, o fornecimento de material **(no caso reposição de peças) é "ACESSÓRIO DO SERVIÇO" (neste caso manutenção preventiva e corretiva)**, a instauração da licitação e o conteúdo de seu ato convocatório obedecerão às normas reitoras da licitação para **OBRAS E SERVIÇOS, em que, o fornecimento de peças é absorvido pela prestação de serviços que é o Objeto predominante da licitação**, poderá ser prorrogado a critério da Administração, desde que respeitados os dispositivos legais vigentes, especialmente os termos do Art. 106 e Art. 107, da Lei 14.133/2021, respeitada a **vigência máxima decenal** e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração.

20.16. A SAE se reserva o direito de descontar do pagamento da CONTRATADA os eventuais débitos, inclusive os relacionados com multas, danos e prejuízos contra terceiros.

20.17. Visando uma melhor qualidade nas aquisições e para um melhor entendimento dos licitantes quanto ao objeto pretendido, a(s) marca(s) por ventura citada(s) no Edital e seus Anexos (Termo de Referência) são parâmetro de qualidade/descrição para alcançar os requisitos exigidos buscando atender às necessidades para o qual se destina sua utilização, sendo possível cotar qualquer marca que tenha os requisitos necessários em relação às marcas citadas como REFERÊNCIA, pretendendo a equivalência", "similaridade" e "ou de melhor qualidade, portando, sendo permitidas em conformidade com a Lei 14.133/2021:

Art. 41. No caso de licitação que envolva o fornecimento de bens, a administração pública poderá excepcionalmente:

I - Indicar uma ou mais marcas ou modelos, desde que formalmente justificado, nas seguintes hipóteses:

- a) em decorrência da necessidade de padronização do objeto;
- b) em decorrência da necessidade de manter a compatibilidade com plataformas e padrões já adotados pela Administração;
- c) quando determinada marca ou modelo comercializados por mais de um fornecedor forem os únicos capazes de atender às necessidades do contratante;
- d) quando a descrição do objeto a ser licitado puder ser mais bem compreendida pela identificação de determinada marca ou determinado modelo aptos a servir apenas como referência;



20.17.1. Neste caso em específico, conforme inciso I, alínea d.

20.17.2. A Administração da SAE poderá solicitar da(s) Licitante(s) declarada(s) vencedora(s) do certame como condição para assinatura do Contrato ou durante sua execução, a apresentação de prova de qualidade de produto ofertado pelos proponentes como similar ao das marcas eventualmente indicadas no edital sendo admitida por qualquer um dos meios descritos no Art. 42, incisos I, II e III da Lei 14.133/2021.

20.17.2.1. Não serão aceitos produtos ou serviços em desconformidade às características técnicas mínimas exigidas no Edital e seus Anexos.

20.18. As partes elegem o foro de Araguari – MG, para dirimir questões oriundas do presente processo licitatório, com exceção de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Araguari (MG), 11 de abril de 2024.

Visto.

Luiz Felipe de Miranda
Superintendente SAE

Rômulo Cesar de Souza
SAE Araguari - MG



SUPERINTENDÊNCIA DE ÁGUA ESGOTO

Av. Hugo Alessi, 50 - B. Industrial - Cep 38.442.028 - Cx. P. 218 - Fone (34) 3246-6697
CNPJ 16.829.475/0001-25 - Insc. Est. 035171341.00-06 - e-mail - patricia@sae-araguari.com.br - licitasae@sae-araguari.com.br
Licitações Página 38 de 76

ANEXO I

PREGÃO ELETRÔNICO 07/2024 – PROCESSO 1038/2024

RECIBO DE RETIRADO DO EDITAL

A LICITANTE QUE TIVER INTERESSE EM PARTICIPAR DESTA CERTAME LICITATÓRIO E DESEJAR SER COMUNICADA DE EVENTUAIS ALTERAÇÕES NELE PROCEDIDAS, DEVERÁ REMETER ESTE RECIBO À SAE – SUPERINTENDÊNCIA DE ÁGUA E ESGOTO DE ARAGUARI-MG PARA OS **E-MAILS: patricia@sae-araguari.com.br e licitasae@sae-araguari.com.br**. A SAE EFETIVARÁ EVENTUAIS COMUNICAÇÕES AOS INTERESSADOS. CASO A LICITANTE INTERESSADA NÃO ENVIE O PRESENTE, OBVIAMENTE, A SAE FICARÁ IMPOSSIBILITADA DE ENVIAR QUALQUER TIPO DE INFORMAÇÃO/COMUNICADO REFERENTE A ESTE PROCESSO.

RECIBO

A Empresa _____

retirou este Edital de licitação e deseja ser informada de qualquer alteração pelo e-mail

_____, ou telefone contato

_____.

_____, aos ____ / ____ / ____.

(Assinatura)

* Declaração a ser emitida em papel timbrado, de forma que identifique a proponente.

Luiz Felipe de Miranda
Superintendente SAE

Rômulo Cesar de Souza
SAE Araguari - MG



SUPERINTENDÊNCIA DE ÁGUA ESGOTO

Av. Hugo Alessi, 50 - B. Industrial - Cep 38.442.028 - Cx. P. 218 - Fone (34) 3246-6697
CNPJ 16.829.475/0001-25 - Insc. Est. 035171341.00-06 - e-mail - patricia@saearaguari.com.br - licitasae@saearaguari.com.br
Licitações Página 39 de 76

ANEXO II

PREGÃO ELETRÔNICO 07/2024 – PROCESSO 1038/2024

PLANILHA DE QUANTIDADE E PREÇOS/MODELO DE PROPOSTA

DADOS DA EMPRESA PARTICIPANTE
Local e Data:
Razão Social:
CNPJ/MF:
Referência Bancária para pagamento Banco:
Agência:
Conta:
Endereço completo:
Telefone:
PROPOSTA
Prazo de validade: Conforme Edital
Prazo de entrega: Conforme Edital
Condições de pagamento: Conforme Edital
DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL PARA EFETIVAÇÃO/ASSINATURA DO INSTRUMENTO CONTRATUAL OU OUTRO HÁBIL, CASO A ADJUDICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO DO OBJETO SEJA FAVORÁVEL A ESTA EMPRESA
Nome:
Cargo/Função:
Endereço completo:
RG:
CPF:
Email para envio do contrato:
Telefone:

PLANILHA(S) DE QUANTIDADES E PREÇOS

SÓ SERÃO ACEITAS PROPOSTAS FINANCEIRAS PREENCHIDAS/APRESENTADAS DE ACORDO COM O DISPOSTO NO ITEM 5 (CINCO) DO EDITAL, ANEXO II PROPOSTA FINANCEIRA E TERMO DE REFERÊNCIA, ASSIM COMO, OS DEMAIS ANEXOS DO EDITAL, OU SEJA, NÃO SERÃO ACEITAS, PROPOSTAS QUE NÃO ATENDEREM TODAS AS EXIGÊNCIAS/CONDIÇÕES NO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO, SENDO DESCLASSIFICADAS AQUELAS DESCONFORMES.

Luiz Felipe de Miranda
Superintendente SAE

Rômulo Cesar de Souza
SAE Araguari - MG

JUSTIFICATIVA PARA O NÃO PARCELAMENTO DA SOLUÇÃO

A contratação deve ser adjudicada a um único prestador de serviços tendo em vista a eficiência técnico-operacional. Isso porque deve haver coesão entre os prestadores de serviço.

O não parcelamento também se mostra vantajoso por proporcionar a gestão integrada de um contrato, facilitando o controle, fiscalização, redução de gastos, unicidade e padronização na forma de execução do objeto, evitando ainda a descontinuidade do serviço

Considerando o disposto no Inciso III do Art. 49 da LC 123/2006 e, considerando que o fracionamento do OBJETO do presente Edital, nos moldes exigidos no Inciso III do Art. 48 da mesma Lei complementar, representa prejuízo ao conjunto dos serviços/fornecimentos a serem contratados, conforme disposto acima e ressaltando que é um serviços único a ser contratado, portanto, fica estabelecido que o referido o OBJETO será aberto para disputa geral (ampla concorrência). As empresas interessadas em participar deverão observar a forma de participação, constante no Termo de Referência, Edital e Anexos.

COTAS DISTRIBUÍDAS CONFORME LEI COMPLEMENTAR 123/2006, COM REDAÇÃO DADA PELA LEI COMPLEMENTAR 147/2014.

Aberto para a participação de todos os interessados que atendam aos requisitos deste edital;

SERVIÇO ÚNICO

MODELO PLANILHA PARA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA INICIAL ESCRITA E ASSINADA JUNTO COM A DOCUMENTAÇÃO E TAMBÉM PROPOSTA ELETRÔNICA NO SISTEMA LICITANTE.

MODELO PROPOSTA PREGÃO ELETRÔNICO – PREÇO ESTIMADO**CONSTITUÍDO DE LOTE/SERVIÇO ÚNICO**

SERVIÇO	DESCRIÇÃO.	QT.	UN. MEDIDA	VL. UNIT.	SUBTOTAIS
1	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de telemetria para monitoração, rastreamento e gestão de frotas de	1	serviço	177.460,00	177.460,00



SUPERINTENDÊNCIA DE ÁGUA ESGOTO

Av. Hugo Alessi, 50 - B. Industrial - Cep 38.442.028 - Cx. P. 218 - Fone (34) 3246-6697
CNPJ 16.829.475/0001-25 - Insc. Est. 035171341.00-06 - e-mail - patricia@sae-araguari.com.br - licitasae@sae-araguari.com.br
Licitações Página 41 de 76

	veículos através de software, para atender as necessidades da Superintendência de Água e Esgoto de Araguari-MG, conforme Termo de Referência, Edital e demais Anexos. Total de 40 (quarenta veículos). (valor total para 60 (sessenta) meses.				
VALOR GLOBAL DA PROPOSTA 177.460,00					

ASSINATURA: _____

OBSERVAÇÕES:

- 1- A PROPOSTA FINANCEIRA APRESENTADA DESCONFORME ÀS EXIGÊNCIAS DESTA EDITAL E SEUS ANEXOS SERÁ DESCLASSIFICADA PARA O CERTAME;**
- 2- Nos valores a serem apresentados na proposta comercial/financeira deverão estar compreendidos, além do lucro, encargos sociais, fretes, ou seja, todas e quaisquer despesas de responsabilidade do proponente que, direta e indiretamente, decorram do Objeto licitado;**
- 3- Os produtos cotados deverão ser de ótima qualidade e atender as especificações técnicas;**
- 4- Os produtos que não atenderem estas condições ou com algum problema de fabricação serão imediatamente devolvidos pela SAE ao fornecedor para sua substituição no prazo máximo discriminado no Contrato ou outro documento hábil;**
- 5- O equipamento deverá possuir garantia da empresa a ser contratada contra falhas de funcionamento ou instalação, durante todo período contratual.**

Luiz Felipe de Miranda
Superintendente SAE

Rômulo Cesar de Souza
SAE Araguari - MG

ATENÇÃO:

1- Os **EQUIPAMENTOS/MATERIAIS/PRODUTOS/PEÇAS**, deverão passar por análise técnica do Setor de Veículos/Transportes SAE que, deverá emitir documento hábil se os produtos entregues cumprem todas as exigências/condições editalícias, caso contrário, os mesmos deverão ser substituídos, assim como, todas as divergências detectas, sanadas pela Contratada em prazo determinado do Termo de Referência (Anexo VI), Edital e demais Anexos. Se os materiais/equipamentos/produtos não atenderem às condições do Edital e seus anexos, inclusive no que diz respeito à qualidade mínima exigida, os mesmos não deverão ser recebidos/aceitos, sendo necessária a comunicação por escrito à Gerência de Aquisição e Controle que, encaminhará o Processo para a Assessoria Jurídica para as medidas cabíveis. **Somente após esta vitória e liberação o empenho poderá ser considerado liquidado e encaminhado para a Gerência Financeira. Todos os Cd's de instalação, drivers, manuais etc. devem ser entregues juntamente com o (s) equipamento (s), conforme o caso.**

ANEXO III**PREGÃO ELETRÔNICO 07/2024 – PROCESSO 1038/2024****MODELO DE CREDENCIAMENTO**

A (nome da empresa) _____, CNPJ n.º _____, com sede à _____, neste ato representado pelo(s) (diretores ou sócios, com qualificação completa – nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço) pelo presente instrumento de mandato, nomeia e constitui, seu(s) Procurador(es) o(s) Senhor(es) (nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço), a quem confere(m) amplos poderes para junto a SAE Araguari-MG, o Governo do Município de Araguari Estado de Minas Gerais (ou de forma genérica: para junto aos órgãos públicos federais, estaduais e municipais) praticar os atos necessários para representar a outorgante na licitação na modalidade de Pregão n.º _____ (ou de forma genérica para licitações em geral), usando dos recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhes, ainda, poderes especiais para desistir de recursos, interpô-los, apresentar lances verbais, negociar preços e demais condições, confessar, transigir, desistir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, podendo ainda, substabelecer esta para outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, dando tudo por bom firme e valioso, e, em especial, para (se for o caso de apenas uma licitação).

Local, data e assinatura
RECONHECER FIRMA(S).

Luiz Felipe de Miranda
Superintendente SAE

Rômulo Cesar de Souza
SAE Araguari - MG

ANEXO IV**PREGÃO ELETRÔNICO 07/2024 – PROCESSO 1038/2024****DECLARAÇÃO DE QUALIFICAÇÃO COMO (ME), (EPP) ou (MEI)****(MODELO)**

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal Sr.(a) _____, portador do Documento de Identidade nº _____, inscrito no CPF sob o nº _____, DECLARA, sob as penas da Lei, que cumpre os requisitos legais para qualificação como _____, [incluir a condição da empresa: **Micro Empresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP) ou Micro empresa Individual (MEI)**, art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 e que não está sujeita a quaisquer dos impedimentos do § 4º deste artigo, estando apta a usufruir do tratamento favorecido nos arts. 42 a 49 da citada lei.



Declaramos possuir restrição fiscal no(s) documento(s) de habilitação e pretendemos utilizar o prazo previsto no art. 43, § 1º da Lei Complementar nº 123/2006, para regularização, estando ciente que, do contrário, decairá o direito à contratação, estando sujeita às sanções previstas no art. 90 § 5º da Lei Federal nº 14.133/2021.

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

LOCAL E DATA

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL

* Declaração a ser emitida em papel timbrado, de forma que identifique a proponente.



SUPERINTENDÊNCIA DE ÁGUA ESGOTO

Av. Hugo Alessi, 50 - B. Industrial - Cep 38.442.028 - Cx. P. 218 - Fone (34) 3246-6697
CNPJ 16.829.475/0001-25 - Insc. Est. 035171341.00-06 - e-mail - patricia@sae-araguari.com.br - licitasae@sae-araguari.com.br
Licitações Página 44 de 76

ANEXO V

PREGÃO ELETRÔNICO 07/2024 – PROCESSO 1038/2024

MINUTA DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

CONTRATO: 0000 - REFERENTE AO REGISTRO DE PREÇOS 0000
VALIDADE INICIAL DO CONTRATO ENTRE: 0000
DATA ASSINATURA DO CONTRATO INICIAL: 0000

PREÂMBULO

Pelo presente, a **SAE - SUPERINTENDÊNCIA DE ÁGUA E ESGOTO**, Autarquia Municipal Autônoma, concessionária dos serviços públicos de saneamento básico, criada pela Lei Municipal 1.333 de 28-06-68, alterada pela Lei Nº 2.625 em 28-11-90, com base nas Leis Municipais 6.757/2023 e 4.597/2010, Decretos Municipais 560/2023, 576/2023, 358/2023 e 116/2021, a Lei Complementar Federal n.º 123/2006, a Lei Complementar Federal n.º 147/2014, Decreto Federal 10024/2019, Lei Federal nº 14.133/21 e suas alterações, inscrita no CNPJ sob o nº 16.829.475/0001-25, com sede a Av. Hugo Alessi Nº 50, Bairro Industrial, neste ato representada pelo Superintendente o Sr. LUIZ FELIPE DE MIRANDA, documento identidade nº MG-17903294 PC/MG, CPF nº 098.883.316-63, casado, Engenheiro Civil, residente e domiciliado à Rua Maria Amabile Chiovato Dorazio, 115 CS, Jardim Interlagos, cidade de Araguari-MG, doravante denominada **CONTRATANTE**, resolve contratar os preços e quantitativos fixados no Registro de Preços 00000000, que passam a ser parte integrante deste Instrumento Contratual, da(s) empresa(s) abaixo identificada(s), a seguir denominada(s) simplesmente CONTRATADA(S), com integral observância da Legislação vigente, as disposições do Edital e seus Anexos, mediante cláusulas e condições expressas no presente Instrumento:

CONTRATADA	AAAA		
ENDEREÇO:	AAAA		
CIDADE/ESTADO:	AAAA		
CEP:	0000		
CNPJ	000		
REPRESENTANTE LEGAL	Nome	AAA	
	Cargo/Função	AAA	
	Endereço	AAA	
RG	000	CPF	000
REFERÊNCIA	BANCO	CONTA	AG

Luiz Felipe de Miranda
Superintendente SAE

Rômulo Cesar de Souza
SAE Araguari - MG

BANCÁRIA			
EMAIL P/ ENVIO CONTRATO		TEL	
OBJETO INICIAL	AAA		
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA			
VALOR GLOBAL ESTIMADO DO CONTRATO E R.P.	R\$000	(aaa)	

1- CONFORMIDADE DO OBJETO

1.1- O objeto deste instrumento deverá ser executado de acordo com o Edital, seus Anexos e as especificações previstas no **ANEXO VI (Termo de Referência – Memorial Descritivo)** e **Anexo II (Proposta Comercial/Financeira)** apresentada na licitação, assim como o REGISTRO DE PREÇOS, respectivamente e que integra este instrumento.

2- DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1- A Ata de Registro de Preços terá validade e vigência de **12 (doze) meses**, contados a partir da assinatura do Superintendente da SAE e, obedecerá às condições estabelecidas no inteiro teor do Edital e seus Anexos.

2.1.1- O prazo de validade da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado por igual período, desde que, comprovado o preço vantajoso, conforme art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

2.2- A Ata de Registro de Preços não poderá sofrer acréscimos nos quantitativos fixados, inclusive o acréscimo de que trata o art. 125 da Lei nº 14.133/2021, conforme Art. 12, § 1º do Decreto 7892/2013.

2.3- Desde que devidamente justificada a vantagem, a Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador.

2.4- Os órgãos e entidades que não participaram do Registro de Preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão consultar o órgão gerenciador da Ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

2.5- Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não

prejudique as obrigações **presentes e futuras** decorrentes da Ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

2.6- As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a **cinquenta por cento** dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na Ata de Registro de Preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

2.7- O quantitativo decorrente das adesões à Ata de Registro de Preços não poderá exceder, na totalidade, ao **DOBRO** do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

2.8- Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até **noventa dias**, observado o prazo de vigência da Ata.

2.9- Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias Contratações, informado as ocorrências ao Órgão gerenciador.

2.10- É facultada aos órgãos ou entidades da Administração Pública do Município de Araguari, a adesão à Ata de Registro de Preços gerenciada pela Administração Pública Federal, do Estado de Minas Gerais e de outros Municípios do Estado de Minas Gerais.

2.11- É facultada aos órgãos ou entidades municipais, distritais ou estaduais a adesão à Ata de Registro de Preços da Administração Pública do Município de Araguari.

2.12- A **CONTRATANTE** publicará o extrato da Ata de Registro de Preços no prazo de até 20 (vinte) dias da data de sua assinatura.

2.13 - A Ata de Registro de Preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 14.133/2021

03 – DO CONTRATO

3.1- O Contrato terá validade a partir da sua assinatura e vigência inicial de **60 (SESSENTA) MESES, pelo período entre AAAAAAAAAAAAAAAAAAAAAAAA, em conformidade com ANEXO VI-**

Termo de Referência, Edital e demais Anexos, correndo por conta da contratada as despesas decorrentes de fretes, embalagens, seguros, mão de obra etc..

3-2- A contratada, fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões para o Contrato que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Instrumento Contratual, e, no caso particular de reforma de edifício ou de equipamento, até o limite de 50% (cinquenta por cento) para os seus acréscimos, observado o disposto no Art. 125 da Lei nº 14.133/2021 e Art. 12, § 3º do Decreto 7892/2013.

3.3- O vencedor deverá apresentar, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados a partir da data do recebimento da solicitação, cópia do Estatuto ou Contrato Social, com as alterações ocorridas, bem como de documentos que comprovem a habilitação de pessoa indicada para assinatura do CONTRATO.

3.4- O Contrato de obras ou para prestação de **serviços e fornecimentos continuados**, se for o caso, cujo se inclui o **OBJETO DE SERVIÇO MISTO** (SERVIÇO E COMPRA), onde, o **Objeto predominante** é a **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS**, para cuja realização deve agregar-se, como "**ACESSÓRIO**" segue o principal, o fornecimento de material (**no caso reposição de peças**) é "**ACESSÓRIO DO SERVIÇO**" (**neste caso manutenção preventiva e corretiva**), a instauração da licitação e o conteúdo de seu ato convocatório obedecerão às normas reitoras da licitação para **OBRAS E SERVIÇOS**, em que, o fornecimento de peças é absorvido pela prestação de serviços que é o Objeto predominante da licitação, poderá ser prorrogado a critério da Administração, desde que respeitados os dispositivos legais vigentes, especialmente os termos do Art. 106 e Art. 107, da Lei 14.133/2021, respeitada a **vigência máxima decenal** e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração.

3.5- É facultado a **CONTRATANTE**, quando o convocado não assinar, aceitar ou retirar o instrumento contratual, no prazo e condições estabelecidos, convocar os demais proponentes remanescentes a fazê-lo, na ordem de classificação, ou revogar a licitação, por razões de interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulada, em todo ou em parte, por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito.

3.6- As condições de execução do Objeto contratado serão os descritos no TERMO DE REFERÊNCIA (**Anexo VI**) do Edital e demais Anexos, não se admitindo outra Forma, a não ser, com prévia comunicação da Contratada e concordância da Contratante.

4- DA SOLICITAÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1- Os Fornecimento/serviços ora Contratados será (ão) requisitado (s) pelo setor competente mediante a elaboração do termo contratual correspondente.

4.1.1- Cada termo contratual conterá, no mínimo:

4.1.1.1- Número do Contrato;

4.1.1.2- Quantidade do produto;

4.1.1.3- Descrição do produto requisitado;

4.1.1.4- Local e hora de entrega;

4.1.1.5- Dotação orçamentária onerada;

4.1.1.6- Valor;

4.1.1.7- Garantia contratual, o equipamento deverá possuir garantia da empresa a ser contratada contra falhas de funcionamento ou instalação, durante todo período contratual.

5- PRAZO PARA RETIRADA DO TERMO CONTRATUAL

5.1- A **DETENTORA DA ATA** deverá aceitar e/ou retirar o termo contratual, no prazo de 03 (três) dias úteis a partir da data de recebimento do memorando do setor interessado ou da publicação no órgão de imprensa oficial.

5.2- O prazo para assinatura e retirada do termo contratual poderá ser prorrogado por igual período, desde que devidamente justificado o motivo e aceito pela administração.

6- DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA/RECEBIMENTO

6.1- Os serviços/produtos deverão ser entregues conforme Termo de Referência, Edital e demais anexos que fazem parte deste instrumento independentemente de transcrição.

6.1.1- Após a assinatura deste instrumento, o prazo para entrega dos produtos/equipamentos/serviços do presente, será em **conformidade com Termo de Referência**

(Anexo VI do Edital), Edital e demais Anexos, da data de emissão e recebimento das referidas Requisições/Autorizações/documento hábil pela Contratada e, cumpridas todas as condições do ANEXO VI (Termo de Referência), Edital e seus Anexos, correndo por conta da contratada todas as despesas de correntes, como: fretes, embalagens, seguros, mão de obra etc.. Caso a contratada não tenha sede ou filial em Araguari-MG, deverá no máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da assinatura do contrato, apresentar nesta localidade pessoa devidamente autorizado para representá-la administrativa, comercial, técnica e judicialmente, perante a SAE durante toda a vigência do contrato. Nesta hipótese, constituída representação, a contratada deverá informar esse fato ao gestor do contrato, para que este providencie a emissão da Autorização para iniciar o serviço.

6.1.2- O não cumprimento pela **CONTRATADA** dos prazos de entrega dos produtos/serviços deverão ser comunicados, por escrito, através do(s) responsável(eis) pela fiscalização do contrato **ao Setor de Aquisição e Controle**, que, por sua vez, encaminhará o Processo à **Assessoria Jurídica** para que sejam tomadas as medidas cabíveis.

7- DOS PREÇOS

7.1- O(s) valor(es) unitário(s), total(ais) e global(ais) ESTIMADO(S) é (são) o(s) discriminado(s) no **PREÂMBULO** do presente concomitantemente com os do REGISTRO DE PREÇOS, parte integrante deste instrumento.

7.1.2- As quantidades constantes do Registro de Preços, assim como os valores acordados, são estimativas de consumo/prestação de serviços, não se obrigando a Administração à aquisição/serviços parcial ou total.

7.2- O preço global, constante da proposta da **CONTRATADA**, absorve e exaure a totalidade das despesas com mão de obra, fornecimento de materiais, equipamentos de qualquer tipo, ferramentas, combustíveis, uniformes para os funcionários, bem como todos os custos com a administração do contrato, encargos da legislação social, trabalhista, previdenciária, infortunistica do trabalho, responsabilidade civil por quaisquer danos eventualmente causados a terceiros, seguros em geral, dispêndios resultantes de impostos, taxas, regulamentos e posturas municipais, estaduais ou federais vigentes na data de apresentação da Proposta, custos financeiros e lucros, constituindo-se, assim, a qualquer título, a única e completa remuneração da **CONTRATADA** pela adequada e perfeita execução dos fornecimentos/serviços.

8 – DOS REAJUSTES OU REPACTUAÇÃO

8.1. Para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da CONTRATADA e a retribuição da administração para a justa remuneração dos serviços, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

8.1.1. o Contrato poderá sofrer reequilíbrio econômico e financeiro desde que, devidamente comprovada a necessidade pela contratada, conforme descrito na alínea "d", inciso II, do art. 124, da Lei 14.133/21.

8.1.2. Os preços apresentados na proposta acordada no Contrato, poderão ter os preços reajustados, após 1 (um) ano da data do orçamento estimado, pelo Índice INPC do IBGE, conforme exigência do art. 25 § 7º, da Lei Federal nº 14.133/21.

8.2- A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços previsto no próprio contrato, as atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento nele previstas, bem como o empenho de dotações orçamentárias suplementares até o limite do seu valor corrigido, não caracterizam alteração do mesmo, **podendo ser registrados por simples apostila**, dispensando a celebração de aditamento, Art. 136 e seus incisos da Lei 14.133/2021.

9- DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

9.1- Os pagamentos serão efetuados por crédito na REFERÊNCIA BANCÁRIA descrita no Preâmbulo ou fornecida pela Contratada, na seguinte conformidade:

9.1.1- O(s) pagamento(s) pelo(s) serviços/equipamentos/materiais do presente será(ão) efetuado(s) **MENSALMENTE, COM ATÉ 10 (DEZ) DIAS DO MÊS SUBSEQUENTE À PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**, após recebimento definitivo, mediante a liquidação do Objeto contratado em consequência do aceite da SAE através da Fiscalização do Contrato nomeada pela Administração, concomitantemente com apresentação da(s) Notas(s) Fiscal(ais), assim como, toda documentação exigida no Instrumento Contratual ou outro hábil deverá ser entregue na Gerência Financeira, se for o caso, devendo ainda, serem cumpridos todos os procedimentos exigidos no Termo de Referência, Edital e seus Anexos.

9.2- As faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas ao emitente, sendo que, a forma de pagamento será realizada conforme os prazos fixados no Edital, seus anexos e no presente, contados a partir da sua reapresentação.

9.3- Qualquer erro ou omissão ocorridos na documentação fiscal, se for o caso, será motivo de correção por parte da adjudicatária e haverá, em decorrência, suspensão do prazo de pagamento até que o problema seja definitivamente sanado.

9.4- Para efetivação do(s) pagamento(s), a licitante vencedora deverá apresentar documento atualizado dos comprovantes de regularidade junto ao **FGTS (CRF)** e ao **INSS (CND)**. Caso a **CONTRATADA** seja sediada em Araguari-MG também deverá estar em dia para com as **taxas/tarifas de Água e Esgoto desta Autarquia, que será confirmado em consulta no cadastro de débitos**, caso contrário, deverá apresentar comprovante(s) de quitação, sob pena de retenção do pagamento de sua NF/Fatura, até que se regularize a situação, sem quaisquer ônus adicionais para a SAE. Os documentos acima mencionados deverão ser entregues na Gerência Financeira.

9.5- Independentemente da quantidade de Requisições/Autorizações emitidas e integrantes de um mesmo pedido formulado pela SAE, o (s) pagamento (s) só será (ão) efetivado (s) após a entrega "GLOBAL" dos serviços/materiais.

10 – DAS OBRIGAÇÕES

10.1- Além das disposições contidas no Termo de Referência, Edital e seus Anexos, constituirão ainda obrigações da **CONTRATADA**:

10.1.2- Fornecer os serviços/equipamentos/materiais nos quantitativos estipulados pela SAE - Superintendência de Água e Esgoto, mediante a apresentação, pelo responsável, de requisição/autorização assinada pelo setor competente.

10.1.3- Fornecer os serviços/equipamentos/materiais de acordo com a qualidade exigida pelos órgãos de controle governamental.

10.1.4- Responsabilizar-se integralmente pelos fornecimentos dos serviços/equipamentos/materiais ora contratados, nos termos da legislação vigente.

10.1.5- Comunicar a **CONTRATANTE**, por escrito, no prazo de 03 (três) dias úteis, quaisquer alterações ocorridas no Contrato Social, durante o prazo de vigência do Contrato, bem como apresentar documentos comprobatórios.

10.1.6- Sujeitar-se a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da **CONTRATANTE**, para acompanhar a execução do Contrato, prestando todos os esclarecimentos que lhes forem solicitados e atendendo às reclamações formuladas.

10.1.7- Comunicar ao setor competente, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas qualquer ocorrência anormal, que impeça o fornecimento/serviços ora contratados.

10.1.8- Manter as mesmas condições de habilitação.

10.1.9- Indicar o responsável que responderá perante a Administração por todos os atos e comunicações formais.

10.1.10- Arcar com o pagamento de todos os tributos e encargos que incidam sobre o produto fornecido, bem como pelo seu transporte até o local determinado para ser entregue.

10.1.11- Reparar, corrigir, remover ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, equipamentos nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, ou que se mostrarem imprestáveis ao uso por má qualidade dos materiais empregados;

10.1.12- Refazer às suas expensas, obras e serviços que se mostrarem insatisfatórios ou defeituosos;

10.1.13- Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento pelo Contratante;

10.1.14- A inadimplência da Contratada com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais, não transfere a Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do Contrato.

10.1.15- Coordenar as ações entre os diversos órgãos envolvidos (CEMIG, SAE e outros) na hipótese de surgimento de interferências na execução dos serviços;

10.1.16- Respeitar a legislação municipal sobre execução de obras em vias públicas;

10.1.17- Promover a substituição de qualquer empregado cuja permanência seja considerada inconveniente pela fiscalização;

10.1.18- Comprovar, mensalmente, o recolhimento de todos os encargos previdenciários relativos à execução do objeto do Contrato, se for o caso;

10.1.19- Os produtos/materiais/serviços constantes do Objeto deste instrumento, terão garantia mínima de responsabilidade da CONTRATADA conforme Termo de Referência, se for o caso.

10.2- Além das prescritas no Termos de Referência, constituem obrigações da CONTRATANTE:

10.2.1- Prestar à Contratada todos os esclarecimentos necessários para a execução do Contrato.

10.2.2- Promover o apontamento no dia do recebimento dos produtos/serviços, bem como efetuar os pagamentos devidos, nos prazos determinados.

10.2.3- Indicar o responsável pela fiscalização e acompanhamento do Contrato.

10.2.4- Fiscalizar a entrega dos objetos deste Contrato, adotando as providências necessárias;

10.2.5- Cumprir pontualmente com todas as obrigações financeiras para com a **CONTRATADA**;

10.2.6- Paralisar ou suspender a qualquer tempo a execução dos fornecimento/serviços executados, de forma parcial ou total, mediante pagamento único e exclusivo dos serviços executados;

10.2.7- Efetuar os pagamentos na forma e nos prazos previstos neste Edital.

11 – DA FISCALIZAÇÃO

11.1- Não obstante o fato de a Contratada ser única e exclusiva responsável pelos serviços, objeto deste Contrato, a Administração, pela sua própria equipe ou de prepostos formalmente designados, sem restringir a plenitude dessa responsabilidade, exercerá a mais ampla e completa fiscalização na sua execução através **da Fiscalização do Contrato nomeada pela Administração, SR. AAAAAAAAAAAAAAAAAAAAAAAAAA**, Cargo ou função, Matrícula ou CPF, que, poderá ser substituída automaticamente por determinação da Autoridade Superior.

12- DA RESCISÃO CONTRATUAL

12.1- Além das condições previstas no Termo de referência, Edital e seus anexos, o Contrato poderá ser cancelado:

12.1.1- Persistência de infrações após a aplicação das multas previstas na **cláusula décima terceira**.

12.1.2- Manifesto de impossibilidade por parte da **Contratada** de cumprir as obrigações assumidas pela ocorrência de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovados.

12.1.3- Interesse público, devidamente motivado e justificado pela Administração.

12.1.4- Demais hipóteses previstas nos arts. 137, 138, 139 e seus parágrafos, da Lei Federal n.º 14.133/2021, bem como deste Contrato.

12.1.5- Liquidação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, ou falência da **Contratada**.

12.1.6- Inobservância da boa técnica na execução dos serviços.

12.2- O cancelamento do Contrato unilateralmente pela Administração acarretará as seguintes consequências, sem prejuízo de outras sanções previstas na Lei 14.133/2021:

12.2.1- Assunção imediata do objeto do Contrato por ato próprio da Administração, lavrando-se termo circunstanciado.

12.2.2- Ocupação dos equipamentos, materiais e eventuais veículos utilizados na execução do objeto do Contrato, necessários à sua continuidade, os quais serão devolvidos posteriormente. Não sendo devolvidos, darão causa a ressarcimento à **Contratada** mediante sua devida avaliação.

12.2.3- Responsabilização por prejuízos causados à Administração.

13- DAS PENALIDADES

13.1- Além das condições previstas no Termo de referência, edital e seus anexos, se a contratada ensejar o retardamento da execução do objeto deste Termo de Referência, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na sua execução, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a **SAE – Superintendência de Água e Esgoto** e com outros entes municipais e será descredenciada do procedimento licitatório;

13.2- Ficam estabelecidos os seguintes percentuais de multas, aplicáveis quando do descumprimento contratual:

13.2.1- 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento) por dia de atraso na execução do objeto, ou por dia de atraso no cumprimento de obrigação contratual ou legal, até o 30º (trigésimo) dia, calculados sobre o valor do contrato, por ocorrência;

13.2.2- 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias, na execução do objeto ou no cumprimento de obrigação contratual legal, com a possível rescisão contratual;

13.2.3- 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, na hipótese de a contratada, injustificadamente, desistir do contrato ou der causa à sua rescisão, bem como nos demais casos de descumprimento contratual, quando a Prefeitura, em face da menor gravidade do fato mediante motivação da autoridade superior, poderá reduzir o percentual da multa a ser aplicada.

13.3- As multas não são compensatórias e não excluem as perdas e danos resultantes;

13.4- Caso a contratada não possa cumprir o prazo estipulado para a entrega, total ou parcial, dos bens solicitados, deverão apresentar justificativa por escrito, devidamente comprovada nos casos de ocorrência de fato superveniente, excepcional ou imprevisível, estranho a vontade das partes que altere fundamentalmente as condições estabelecidas; e de impedimento de sua execução por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência;

13.5- A solicitação de prorrogação, contendo o novo prazo para entrega dos bens solicitados, deverá ser encaminhada à Contratada, até o vencimento do prazo de prestação inicialmente estipulado, ficando a critério da Contratante a sua aceitação;

13.6- As sanções previstas, em face da gravidade da infração, poderão ser aplicadas cumulativamente, após regular Processo Administrativo em que se garantirá a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa, conforme Art. 157 da Lei 14.133/2021 – (15 (quinze dias úteis).

13.7- O valor das multas aplicadas, nos termos deste **item**, após regular processo administrativo com direito à apresentação de defesa pela CONTRATADA, deverá ser recolhido à CONTRATANTE no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data da notificação, podendo ainda, ser descontado das Notas Fiscais por ocasião do pagamento ou cobrado judicialmente.

13.8- Caso a **CONTRATANTE** não efetue o pagamento da Nota Fiscal/Fatura de Produtos/Serviços, na data do seu vencimento, obriga a **CONTRATANTE** a multa por atraso estipulada em 2% (dois por cento) sobre o valor total do débito, ou o percentual máximo fixado em lei específica, mais juros de mora legais, sem prejuízo da exigência do débito, independentemente de qualquer notificação ou

interpelação judicial ou extrajudicial. O valor correspondente a qualquer multa incidente deverá ser cobrado de uma única vez à parte imputada.

13.9 - Da Extensão das Penalidades

13.9.1 - A sanção relativa à suspensão temporária de participação em licitação e de contratar com a Administração Pública poderá ser também aplicada àqueles que:

I- Retardarem a execução do Contrato;

II- Demonstrarem não possuir idoneidade para contratar com a Administração; ou

III- Fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal.

14 - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

14.1- **O contrato** decorrente do Pregão poderá ser alterado, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

14.2- A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões para Contrato que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Instrumento Contratual, e, no caso particular de reforma de edifício ou de equipamento, até o limite de 50% (cinquenta por cento) para os seus acréscimos, em observância ao art. 125 da Lei nº 14.133/2021.

15- DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1- O vencimento da validade do Registro de Preços e do presente Contrato não cessa a obrigação da **CONTRATADA** de cumprir os termos contratuais até a data de vencimento da mesma.

15.2- A Administração não se obriga a utilizar o Contrato, se durante a sua vigência constatar que os preços contratados estão superiores aos estimados praticados no mercado, nas mesmas especificações e condições da proposta vencedora/Contrato, bem como nos casos que a sua utilização se mostrar antieconômica.

15.3- A Administração, a seu exclusivo critério, poderá durante a vigência deste Contrato determinar a gradativa redução ou aumento do fornecimento/serviços.

15.4- As despesas decorrentes da contratação, objeto desta licitação, correrão à conta dos recursos consignados no Orçamento a cargo da(s) Dotação(ões) Orçamentária(s) descrita(s) no **PREÂMBULO** do presente.

15.5- Fazem parte integrante deste Instrumento, independentemente de transcrição, os quantitativos e valores registrados/contratados, as condições estabelecidas no Edital, seus anexos (inclusive Termo de Referência) e as normas contidas na Lei Federal nº 14.133/2021 e suas posteriores alterações. Os casos omissos serão resolvidos à luz da legislação, da jurisprudência e da doutrina aplicáveis à espécie.

15.6- A licitante vencedora obrigará-se a manter até a data de pagamento(s) todas as condições de **habilitação e qualificação exigidas na licitação**, devendo comunicar à **CONTRATANTE**, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a execução do instrumento contratual.

15.7- A CONTRATADA SE OBRIGA A CUMPRIR RIGOROSAMENTE TODOS OS PRAZOS, CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS, PRINCIPALMENTE EM RELAÇÃO A PRAZO DE ENTREGA/EXECUÇÃO, SE OBRIGA AINDA A ENTREGAR OS PRODUTOS/MATERIAIS/SERVIÇOS APRESENTADOS NA PROPOSTA E POSTERIORMENTE FORNECIDOS/EXECUTADOS EM PLENA CONFORMIDADE COM AS CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS DESCRITAS NO ANEXO VI (TERMO DE REFERÊNCIA – MEMORIAL DESCRITIVO) DO EDITAL, ficando desde já, ciente da aplicação das penalidades descritas no instrumento convocatório e legislação vigente por parte da CONTRATANTE à CONTRATADA no caso de descumprimento integral ou parcial do Objeto licitado/Contratado.

16- DO FORO

16.1-Será competente o Foro da Comarca de Araguari/MG, que as partes elegem para qualquer procedimento relacionado com o cumprimento do presente Contrato, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e contratadas, firmam o presente Contrato, em 03 (três) vias, perante as testemunhas abaixo indicadas, para todos os fins e efeitos de direito.

Araguari-MG, 000000000.

Pela

Contratante:

Luiz Felipe de Miranda
Superintendente SAE

Rômulo Cesar de Souza
SAE Araguari - MG



AAAA
Superintendente SAE

AAAA
**Assessor Jurídico SAE - OAB/MG
0000**

Pela
Contratada:

AAAA
aaaaaa

Testemunhas:

NOME
RG

NOME
RG

ANEXO VI

PREGÃO 07/2024 – PROCESSO 1038/2024

TERMO DE REFERÊNCIA

1. APRESENTAÇÃO

1.1. Finalidade

1.1.1 Constitui finalidade deste Termo de Referência a apresentação de parâmetros e elementos descritivos para a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de telemetria para monitoração, rastreamento e gestão de frotas de veículos através de software, para atender as necessidades da Superintendência de Água e Esgoto de Araguari-MG, conforme este Termo de Referência.

1.2. Objetivos

1.2.1. Geral, Conhecer em tempo real, durante as 24 horas do dia, todos os dias, a localização e a movimentação dos veículos da frota da Superintendência de Água e Esgoto de Araguari-MG

1.2.2. Específicos

Luiz Felipe de Miranda
Superintendente SAE

Rômulo Cesar de Souza
SAE Araguari - MG

- a) Tornar o controle de trânsito dos veículos mais eficiente, por meio do acompanhamento da circulação, definição de ritos padrão de deslocamento e estabelecimento de "cerca eletrônica";
- b) Garantir o uso dos veículos apenas para realização de serviços institucionais;
- c) Manter o controle de velocidade dos veículos;
- d) Racionalizar o uso de recursos de transportes reduzindo a quilometragem rodada e, via de consequência, reduzir o consumo de combustível, a necessidade de manutenção e o tempo de indisponibilidade dos veículos;
- e) Servir como fator suplementar na segurança dos integrantes da Instituição, principalmente os que se encontrarem sob risco ou ameaça;
- f) Evitar que veículos estacionados permaneçam em funcionamento;
- g) Identificar os responsáveis por multas de trânsito na condução de veículos;
- h) Realizar levantamentos estatísticos necessários ao melhor gerenciamento da frota.

1.3 Elaboração

1.3.1. Setor de Frotas da SAE

1.3.2. Autor

Reinaldo Gomes de Lima – Gestor de Frotas da SAE.

1.4. Referências

- a) Lei nº 14.133/21 - Lei de Licitações e suas alterações;
- b) Resolução nº 454/ ANATEL - de 11 de dezembro de 2006 - Aprova o Regulamento sobre Condições de Uso de Radio frequências nas Faixas de 800 MHz, 900 MHz, 1.800 MHz, 1.900 MHz e 2.100 Mhz;
- c) Resolução nº 671/ ANATEL – de 03 de novembro de 2016 - Aprova o Regulamento de Uso do Espectro de Radio frequências;
- d) Resolução nº 401/ CONAMA – de 04 de novembro de 2008 - Estabelece os limites máximos de chumbo, cádmio e mercúrio para pilhas e baterias comercializadas no território nacional e os critérios e padrões para o seu gerenciamento ambientalmente adequado, e dá outras providências.

2. JUSTIFICATIVA

2.1 . Motivação da aquisição

A contratação de empresa para a execução do objeto acima especificado faz-se necessária em vista da necessidade de monitoração e rastreamento dos veículos, para que haja total segurança, contribuindo de forma significativa para a gestão da frota de veículos da Superintendência de Água e Esgoto de Araguari-MG, permitindo a análise individual de rotas dos veículos, assim como da utilização racional da frota do Ente público. Além disso, o sistema de rastreamento servirá como sistema de

prevenção de roubos e controle de sinistros, contribuindo para a produtividade, eficiência e economicidade na gestão da frota.

Para tanto, a Administração preocupou-se em realizar um procedimento com a melhor relação custo-benefício mediante a estipulação de critérios de aferição da qualidade.

Assim, sugere-se a formalização de processo licitação para a execução do objeto acima especificado, sob o critério de julgamento de menor valor global, visando ao atendimento dos princípios da economicidade e preservando a competitividade, lembrando que a economia de escala está sendo levada em consideração, consoante assevera o art. 18, VII c/c o art. 23, da Lei Federal nº 14.133/2021, prevalecendo, portanto, no presente caso, a economicidade como interesse da Administração.

2.2. Benefícios da aquisição

- a) Redução de custos (economia de combustível, pneus e manutenção);
- b) Melhorar o gerenciamento da frota e condutores;
- c) Segurança patrimonial (antifurto);
- d) Segurança pessoal (anti assalto e anti sequestro);
- e) Otimização do uso da frota e do emprego de pessoas trazendo maior produtividade;
- f) Acompanhamento via internet;
- g) Controle eficiente com o uso de relatórios gerenciais;
- h) Controle de localização dos veículos possibilitando o acionamento do mais próximo e disponível ao local do atendimento;
- i) Botões de segurança (botão de pânico) podem ser acionados dentro do veículo possibilitando que a Central imediatamente entre em ação dando início ao procedimento adequado de segurança;
- j) Facilitação da ação de segurança de integrantes;
- k) Redução do custo da apólice de seguros;
- l) Localização do usuário em casos de pane mecânica, atendimento médico ou orientação de rota em áreas desconhecidas.

2.3. Conexão entre a contratação e o planejamento da Instituição

As despesas decorrentes da presente aquisição estão constantes no Planejamento de Contratações para o exercício de 2024 no ITEM 55.

2.4. Dimensionamento da demanda.

O dimensionamento da demanda foi feito com base na quantidade de veículos pertencente à frota da Superintendência de Água e Esgoto, entre outros veículos que possam ser adquiridos no presente exercício ou durante a vigência do contrato.

3. OBJETO

3.1. Especificação Aquisição de serviços de Rastreamento e Monitoramento veicular, em regime de comodato, para atender aos veículos da frota da Superintendência de Água e Esgoto de Araguari-MG

3.2. Descrição detalhada do objeto e quantidades estimadas.

ITEM	DESCRIÇÃO	UN.	QUANT	VALOR UNI-TÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (por 5 anos) (R\$)
01	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE RATREAMENTO E MONITORAMENTO DE VEÍCULOS VIA WEB POR GPS (GLOBAL POSITIONING SYSTEM) SATELITAL POR (60 MESES). INSTALAÇÃO, EM COMODATO, DE MÓDULOS RASTREADORES A DISPONIBILIZAÇÃO DE SOFTWARE DE GERENCIAMENTO COM ACESSO VIA WEB POR GPS (GLOBAL POSITIONING SYSTEM), SATELITAL, BEM COMO A SUBSTITUIÇÃO EM VEÍCULOS. TOTAL DE (40) QUARENTA VEÍCULOS	SERV.	5 anos	R\$ 35.492,00	R\$ 177.460,00

3.2.1 Informações complementares**3.2.1.1 Central de monitoramento**

a) A Central de monitoramento será instalada no prédio anexo (almojarifado) na sede administrativa da SAE e o serviço de monitoramento será realizado por servidores do quadro da SAE, devidamente treinados e certificados como aptos pela empresa contratada.

3.2.1.2 Tecnologia

a) O rastreamento e monitoramento serão feitos por intermédio da tecnologia GPS (Global Positioning System), combinado com a transmissão de pacote de dados via GPRS (General Packet Radio Service) por meio a rede de cobertura celular GSM(Global System for Mobile).

3.2.1.3 Características Mínimas do Módulo AVL (AUTOMATIC VEHICLE LOCATION)

a) Receber informações de posicionamento do satélite (latitude e longitude) e os enviar ao "Data Center", através do canal de dados GPRS, disponibilizando para a SAE a localização precisa do veículo, com uma margem de erro máxima de 5(cinco) metros, em qualquer parte do território nacional;

b) Tecnologia de comunicação via GSM/GPRS;

c) Tecnologia de localização via GPS;

d) Antena GPS interna ou externa;

- e) Temperatura de operação: -40 a +85°C;
- f) Quad-Band (850/900/1800/1900MHz) GSM/GPRS/2G/3G e 4G;
- g) Tensão de funcionamento: 9 a 30 VDC;
- h) Precisão de 10 metros;
- i) Detecção de falha na bateria;
- j) Proteção de sobre carga na bateria;
- k) Proteção contra curto-circuito na bateria;
- l) Canais: 20 canais paralelos (42 canais);
- m) Ser homologado pela ANATEL;
- n) Grau de Proteção IP65;
- o) Os Módulos AVL deverão ser capazes de desencadear diversas ações por intermédio do software de monitoramento e rastreamento, enviadas através de comandos específicos, tais como: ITEM ESPECIFICAÇÃO UND QTDE 1 Contratação de serviços de rastreamento e monitoramento 24horas, em tempo real de veículos da frota da Superintendência de Água e Esgoto de Araguari-MG, em mapas digitais e imagem de satélite, por meio de sistemas GPS/GSM/GPRS, 2G, 3G e 4G, incluindo o fornecimento e serviços de instalação, treinamento de pessoas para operar o sistema, licença e manutenção de sistema (softwares) e equipamentos de rastreamentos automotivos (módulos) em regime de comodato. Transmitir à central de controle a situação atual do veículo, Permitir a alteração e configuração remota dos parâmetros de configuração do equipamento, Permitir a alteração do estado das saídas (atuadores), acionando ou desligando os dispositivos eventualmente conectados aos Módulos AVL e permitir a requisição remota dos parâmetros configurados no setup do equipamento.
- p) Toda comunicação que for originada do veículo deve possibilitar no mínimo ao sistema de monitoramento e rastreamento a obtenção das informações da rota, quilometragem, velocidade média, localização, controle de velocidade, status da ignição, estado das entradas e das saídas de acionamento e tensão de alimentação da bateria;
- q) Os módulos AVL deverão ser fornecidos com lacre que garanta inviolabilidade dos equipamentos contra manipulação danosa;
- r) Ser transferível para outro veículo em caso de substituição;
- s) Possuir dispositivo para transferência de dados em tempo real de comunicação sem fio (GPRS/3G e 4G ou 5G), sendo que todas as despesas referentes à transmissão de dados, administração dos contratos e serviços serão de responsabilidade da contratada.

3.2.1.4 Funcionalidades Mínimas do Software de Monitoramento e Rastreamento

- a) Além de disponibilizar e instalar os equipamentos embarcados, a contratada também deverá disponibilizar gratuitamente via web (internet) em Web site seguro (https), acesso ao software de monitoramento e rastreamento que atenda a todos os requisitos técnicos e operacionais;
- b) O software deverá ser nativo para plataforma Web e identificar equipamentos não cadastrados no sistema e que requisitem conexão nos servidores de rastreamento;

- c) O software deverá permitir o controle, o gerenciamento, o monitoramento e o rastreamento da frota da SAE, por meio da combinação a tecnologia de transmissão de dados GSM/GPRS e localização GPS;
- d) Possibilitar a habilitação dos usuários indicados por login e senhas distintas e diferentes níveis de acesso ao software no Web site;
- e) Permitir consultas e emissão de relatórios baseados nos dados disponíveis no banco de dados;
- f) Permitir a emissão visualização na tela e impressão de, pelo menos, os seguintes relatórios gerenciais, por período, veículo ou combinação: 1. Tempo de motor ligado X tempo de motor desligado; 2. Tempo de motor ligado X veículo parado; 3. Velocidade média; 4. Velocidade máxima realizada; 5. Quilometragem percorrida; 6. Quilometragem das rotas; 7. Histórico de localização do veículo; 8. Pontos de referência e ou interesse programados.
- g) Possibilitar a customização da formatação das consultas e relatórios caso a apresentação dos dados sejam considerados insatisfatório pela SAE;
- h) Acompanhar e fiscalizar as rotas realizadas pela frota de veículos da SAE, exibindo o trajeto realizado com alto nível e detalhamento (data – hora – endereço – velocidade – cidade – UF), dando condições a SAE para planejar as ações que envolvem os veículos monitorados e rastreados;
- i) Demonstrar a quilometragem realizada pela frota da SAE, utilizando-se da tecnologia de aferição real (telemetria), apresentando a distância percorrida pelo veículo em um período pré-definido pela SAE;
- j) Demonstrar a velocidade média realizada pela frota da SAE, apresentado a velocidade média praticada pelo veículo durante o trajeto;
- k) Possibilitar a localização da frota da SAE por meio do mapa digital georreferenciado, com margem de erro máxima de 5 (cinco) metros, possibilitando acionamento da central de monitoramento e rastreamento para tomada de atitudes, visando salvaguardar o patrimônio, membros e servidores transportados;
- l) Possibilitar o controle de velocidade da frota da SAE em vias urbanas, estaduais e federais, permitindo o envio de alertas automáticos dos excessos de velocidade praticados no veículo, no exato momento que a velocidade limite estipulada pela SAE for ultrapassada. O gestor da frota deverá receber estas informações via e-mail;
- m) Demonstrar a atividade da frota da SAE, se o veículo está ligado ou desligado, em movimento ou parado;
- n) Consultas nos mapas utilizados pela ferramenta, facilitando a localização de itens no mapa, como bairros, ruas, etc.;
- o) Medição de distância entre dois pontos;
- p) Agendamento do envio de comandos para os equipamentos, tais como requisição de posição;
- q) Definição de filtros, de acordo com condições aplicáveis às informações registradas pelo sistema;
- r) Visualização no mapa digital em tempo real das viaturas monitoradas; atualização automática da posição das viaturas no mapa; visualização individual, parcial e global de todas as viaturas no ma-

- pa; visualização do histórico do trajeto feito pelo veículo; visualização do estado da última leitura (GPS válido, GPS inválido ou gravado);
- s) possibilidade de navegação em diversos níveis de zoom, bem como visão do mapa, satélite e híbrido; possibilidade de visualização total ou parcial da rota pesquisada;
- t) oferecer o serviço de limite geográfico virtual (áreas onde o veículo não pode entrar ou sair), denominado "cerca eletrônica", à frota da SAE por meio do mapa digital georreferenciado, capaz de enviar alertas automáticos no exato momento que o veículo monitorado e rastreado ultrapassar o perímetro previamente estabelecido. O gestor da frota deverá receber estas informações via e-mail;
- u) Oferecer o serviço de cadastramento de eventos configuráveis de pontos ou rotas preestabelecidas pela SAE, para análise de atraso, adiantamento ou descumprimento, capaz de enviar alertas automáticos no exato momento que o veículo monitorado realizar a violação. v) O gestor da frota deverá receber estas informações via e-mail;
- x) Permitir a suspensão do serviço de monitoramento e rastreamento para veículos fora de operação ou eventualmente sinistrados, até o pleno restabelecimento das condições de circulação do veículo;
- z) Atualizar a posição dos veículos da frota, com intervalo máximo de 3 (três) minutos, por mudança de direção e distância percorrida.

3.2.1.5 Visualização da Frota por Meio de Mapa Digital Georreferenciado

- a) O serviço de monitoramento/rastreamento a ser contratado, deverá possibilitar a visualização da frota de veículos da SAE plotada em mapa digital georreferenciado, nos modos mínimos: imagem real de satélite e mapa;
- b) Por meio dos mapas digitais, o serviço deverá apresentar ainda as seguintes características mínimas:
1. Visualização individual, parcial e global de todos os veículos da frota da SAE;
 2. Possibilitar o cadastramento e visualização por grupos de veículos da SAE;
 3. Mapa digital de todo o território nacional, principalmente do Estado de Minas Gerais, com arruamento, rodovias e a informação de tráfego de veículos, on line;
 4. Possibilitar a criação de rotas e pontos de referência personalizados no mapa digital;
 5. Possibilitar a listagem dos veículos da SAE, próximos a um endereço pré-determinado pela SAE;
 6. Apresentar no mapa digital setas de direcionamento do sentido para onde os veículos estão se deslocando;
 7. Identificar os veículos da SAE a partir do posicionamento do ponteiro do "mouse" sobre os respectivos ícones identificadores;
 8. Possibilitar zoom de aproximação e recuo.

3.2.1.6 " Firmware" da solução

- a) Comunicação por GPRS e GSM;
- b) Taxa de comunicação compatível com GSM;

c) Protocolo de comunicação TCP (Transmission Control Protocol) com a parte de dados contendo:

1. Data dia, mês, ano;
2. HORA: hora, minuto, segundo;
3. Latitude e Longitude até os décimos de milésimo de minuto;
4. Velocidade, Curso, Estado das entradas, saídas e ignição intervalo de comunicação configurável remotamente;
5. Armazenamento interno de dados;
6. Cerca eletrônica embarcada;
7. Pontos de controle com área configurável (área de risco – área sem risco);
8. Possibilidade de utilização de qualquer empresa de telefonia móvel;
9. Possibilidade de conexão VPN (Virtual Private Network) para garantia de segurança na transmissão de dados

3.2.1.7 Central de armazenamento das informações (data center)

a) Instalação dos Módulos AVL:

1. Os Módulos AVL, antenas, cabos elétricos e acessórios devem ser instalados no interior dos veículos, protegidos do sol e da água;
2. O local da instalação deve dificultar ao máximo o acesso de pessoa não autorizada;
3. A alimentação do equipamento deverá ser derivada de qualquer ponto no sistema elétrico do veículo posterior à caixa de fusíveis, não sendo permitida a instalação de bateria reserva;
4. Os Módulos AVL deverão funcionar mesmo estando o veículo com a ignição desligada, com energia proveniente da corrente de carga da bateria;
5. Os Módulos AVL, ao sofrerem algum tipo de violação, deverão emitir um sinal para a Central de monitoramento e rastreamento para que sejam tomadas as ações determinadas para apuração dos fatos.

3.3. Garantia

3.3.1 O equipamento deverá possuir garantia da empresa a ser contratada contra falhas de funcionamento ou instalação, durante todo período contratual.

3.3.2 A empresa contratada deverá reparar ou substituir o equipamento ou parte porventura defeituosa dentro do prazo máximo de 04 (quatro) dias úteis nos veículos, contadas a partir do acionamento por escrito feito pela contratante.

3.3.3 Para os reparos ou substituições referidas no parágrafo anterior, a empresa contratada deverá disponibilizar equipe própria e técnicos.

3.3.4 Os custos de manutenção deverão ser arcados pela empresa a ser contratada.

3.4. Local de entrega ou execução

3.4.1 A instalação dos equipamentos e os serviços que serão executados será na sede Administrativa da SAE, Avenida Hugo Alessi nº 50 – Bairro Industrial – Araguari-MG.

3.4.3 A relação dos veículos estão informadas no ITEM 10 deste Termo de Referência.

3.5. Prazo de entrega ou execução

3.5.1 Caso a contratada não tenha sede ou filial em Araguari-MG, deverá no máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da assinatura do contrato, apresentar nesta localidade pessoa devidamente autorizado para representá-la administrativa, comercial, técnica e judicialmente, perante a SAE durante toda a vigência do contrato. Nesta hipótese, constituída representação, a contratada deverá informar esse fato ao gestor do contrato, para que este providencie a emissão da Autorização para iniciar o serviço;

3.5.2 As instalações dos rastreadores e acessórios nos veículos deverão iniciar em até 10 (dez) dias consecutivos, após a emissão da solicitação Setor de Aquisição e Controles da SAE e finalizada em no máximo 30 (trinta) dias contados da mesma data;

3.5.3 O Software de monitoramento deverá estar totalmente funcional após a instalação dos rastreadores nos primeiros veículos;

3.5.4 Após a instalação e funcionamento do sistema de rastreamento e monitoramento nos primeiros veículos, a contratada deverá efetuar treinamento para utilização do equipamento e central de monitoramento para os servidores indicados pela SAE;

3.5.5 As substituições dos Módulos AVL em caso de pane, incondicionalmente serão feitas por um novo no prazo máximo de 04 (quatro) dias úteis nos veículos, a contar do recebimento da Solicitação feita pelo Gestor de Frotas da SAE;

3.5.6 A suspensão dos serviços de monitoramento e rastreamento em veículo da SAE deve ser realizada no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, a contar do recebimento da Solicitação feita pelo Gestor de Frotas da SAE;

3.5.7 O prazo para ativar o serviço de monitoramento e rastreamento suspenso, será no máximo de 02 (dois) dias úteis, a contar do recebimento da solicitação feita pelo Gestor de Frotas da SAE;

3.5.8 A transferência de equipamentos de monitoramento/rastreamento entre os veículos da SAE, quando necessário, deve ser realizada no prazo máximo de 04 (quatro) dias úteis nos veículos, a contar do recebimento da solicitação feita pelo Gestor de Frotas da SAE.

3.6 Definição da rotina de execução

Os serviços serão executados, após solicitação por escrito emitida pelo Setor de Aquisição e Controles da SAE à empresa, contendo a identificação dos veículos e suas localizações.

3.7 Segurança interna

a) A contratada fornecerá a SAE relação dos empregados credenciados a efetuar quaisquer serviços a que se refere o presente termo de referência, contendo, no mínimo, nome e número da carteira de identidade e CPF;

- b) A relação de que trata o item anterior deverá ser protocolada junto ao gestor do contrato e mantida atualizada durante toda vigência contratual;
- c) A contratada manterá seu pessoal, durante a permanência das dependências dos imóveis da SAE, uniformizado e identificando através de crachá, com fotografia recente;
- d) Não será permitido o acesso aos imóveis da SAE de empregados sem seu crachá de identificação;
- e) A contratada não permitirá o acesso de seus empregados às áreas classificadas como restritas, exceto com autorização expressa do gestor ou fiscais do Contrato;
- f) Não será permitida a permanência de empregados da contratada em horários e áreas dos prédios nas quais não estejam sendo realizados serviços;
- g) Os empregados da contratada, enquanto nas dependências da SAE, estarão sujeitos às suas normas internas de segurança.

3.8 Relação do material para execução dos serviços

Ficará por conta da empresa a ser contratada o fornecimento de todo o material necessário ao funcionamento dos produtos e serviços objeto deste termo de referência.

3.9 Instalações do fornecedor

3.9.1 Para atendimento da SAE quanto aos serviços de monitoramento e rastreamento a contratada deverá disponibilizar central telefônica própria, com funcionamento ininterrupto, 24 (vinte e quatro) horas por dia e 07 (sete) dias por semana, durante todo o período de vigência do contrato, operada por pessoal habilitado, para atender, imediatamente, as solicitações dos servidores da SAE devidamente cadastrado(s), identificado(s) e com nível de acesso definido, com as seguintes finalidades:

- a) Prestar suporte e assistência técnica relativa aos serviços contratados;
- b) Configurações no sistema de monitoramento e rastreamento, envio de comandos, localização e informações para recuperação dos veículos, programação de limites geográficos virtuais e outras funcionalidades dos serviços contratados;
- c) Outros atendimentos que se fizerem necessários ao perfeito funcionamento do sistema;
- d) O telefone para atendimento deverá ser preferencialmente de discagem gratuita 0800. Não sendo esse o caso, a solicitação de atendimento feito pela SAE deverá ser disponibilizada mediante telefone com discagem de custo local, na hipótese de a central telefônica estar situada fora do Estado de Minas Gerais.

3.10 Treinamento

3.10.1 A empresa deverá ministrar treinamento e certificar como apto a gerir e operar o sistema de rastreamento e monitoramento para no mínimo 02(dois) servidores indicados pela SAE;

3.10.2 Habilitar os usuários indicados pelo gestor do contrato com login e senhas distintas que possibilitem diferentes níveis de acesso ao software no Web site;

3.10.3 Possibilitar acesso à central telefônica da contratada aos servidores habilitados indicados pelo gestor do contrato;

3.10.4 O treinamento deverá ser realizado nas dependências da SAE, no edifício sede. localizado na Avenida Hugo Alessi nº 50- Industrial – 38.442-028 Araguari-MG;

3.10.5 Não terão nenhum custo para a SAE os treinamentos relacionados ao sistema de rastreamento e monitoramento.

3.11 Critérios ambientais e de sustentabilidade

A empresa detentora do registro de preços deverá observar todas as normas ambientais e de sustentabilidade instituídas pelos Governos Federal, Estadual e Municipal, tais como descarte ambientalmente correto de materiais inutilizados, sobras do processo de fabricação (tecidos, tintas, etc.) e tudo o mais que for aplicável ao objeto.

3.12 Identificação de empregados

Caso haja a necessidade de empregados da contratada adentrarem nos prédios da SAE, tais empregados deverão portar uniforme e/ou crachá da empresa contratada, sendo que tal crachá deverá conter fotografia visível e nome do funcionário.

3.13. Deslocamentos e hospedagem

A empresa contratada arcará, se for o caso, com as despesas de deslocamento e hospedagem dos seus empregados e representantes para a execução de quaisquer serviços necessários à execução do objeto deste Termo.

4. CUSTO ESTIMADO

4.1 Método utilizado

O valor médio de referência foi composto a partir da Pesquisa de Preços, realizada pelo Setor de Aquisição e controles da SAE, com orçamento apresentados pelas as Empresas do ramo, chegando ao valor de **R\$ 35.492,00 (trinta e cinco mil, quatrocentos e noventa e dois reais)** por 1 (um) ano ou 12 (doze) meses. Com o valor **GLOBAL de R\$ 177.460,00 (cento e setenta e sete mil, quatrocentos e sessenta reais)** por 5 (cinco) anos ou 60 (sessenta) meses.

4.2. Outras considerações sobre o valor

4.2.1. No preço proposto para execução do objeto deste Termo de Referência deverão estar inclusos todos os custos fixos ou variáveis com equipamentos, materiais, pessoal e serviços, tais como:

a) Todas as despesas necessárias à perfeita execução do Contrato (custos diretos e indiretos, inclusive os resultantes da incidência de quaisquer impostos, taxas, contribuições ou obrigações trabalhistas, fiscais, previdenciárias, transportes, seguros embalagens, deslocamento de pessoal, alimentação, manutenção do equipamento, etc.);

- b) Os custos gerados pela comunicação necessária ao funcionamento dos Módulos AVL com operadoras de telefonia celular;
- c) Os custos gerados pela disponibilização do software e mídias, bem como do treinamento dos servidores indicados pela SAE;
- d) Os custos advindos da instalação, substituição ou transferência de módulos;
- e) Os custos advindos da disponibilização do mapa digital georreferenciado;
- f) Os custos com transferência do serviço de rastreamento entre os veículos da SAE, em caso de substituição, quando houver necessidade;
- g) No caso de suspensão dos serviços de rastreamento, a cobrança deverá ser proporcional aos dias de efetiva operação.

5. CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO

5.1. Recebimento provisório

- a) Será recebido provisoriamente com acompanhamento Gestor e pelo Fiscal, se o sistema atende a todas as exigências deste termo;
- b) Caso se verifique qualquer situação que prejudique o recebimento definitivo, o fato será comunicado à contratada para que adote as medidas necessárias de saneamento das falhas encontradas;
- c) Na hipótese de irregularidade não sanada pelo contratado, o servidor credenciado do contratante reduzirá a termo os fatos ocorridos e encaminhará à autoridade superior, para procedimentos inerentes à aplicação de penalidades.

5.2. Recebimento definitivo

- a) O recebimento definitivo será realizado pelo gestor do contrato com auxílio dos fiscais designados e será caracterizado pela certificação da nota fiscal entregue pelo prestador do serviço para pagamento e/ou por uma "Comissão de Recebimento de Materiais de Consumo" formada por três membros devidamente designados através de Portaria, a qual elaborará um Termo de Recebimento dos itens constantes no empenho e nota fiscal.
 - b) Só será reconhecida a entrega como realizada se todos os itens da nota fiscal forem aceitos, sendo que, caso algum produto constante na mesma for recusado, a nota ficará sobrestada aguardando regularização para posterior pagamento;
 - c) Na hipótese de qualquer divergência aos termos pactuados, não ocorrerá o recebimento definitivo, sendo o fornecedor notificado para proceder à regularização, em prazo previamente determinado, sem ônus para a SAE.

6. PAGAMENTO

6.1. Forma e prazo

a) O pagamento será realizado **mensalmente** no prazo de até 10 (dez) dias, contados do recebimento definitivo do objeto, e mediante apresentação da nota fiscal, por meio de depósito bancário em conta corrente do fornecedor.

b) No caso de falhas na entrega ou execução do objeto ou na documentação de cobrança, o prazo para pagamento será suspenso até a correção, e passa a contar a partir da regularização das falhas apontadas.

7. LICITAÇÃO

7.1. Qualificação técnico-operacional

a) *A licitante deverá apresentar pelo menos 1 (um) Atestado de capacidade técnico-operacional em seu nome, relativo aos itens a quais estiver concorrendo, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado no qual comprove o fornecimento de objeto similar ao previsto neste Termo. O atestado emitido por pessoas jurídicas de direito privado deverá conter o nome completo do signatário e número do Cadastro de Pessoa Física responsável, estando as informações ali contidas sujeitas à verificação de sua veracidade.*

b) *Declaração de que não contratará e nem empregará nos serviços da SAE, durante a vigência do contrato, empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de Membros ou servidores vinculados a SAE.*

c) *As empresas licitantes deverão juntamente com a proposta, indicar um técnico qualificado, acompanhado de comprovação de qualificação, para execução da instalação dos equipamentos. A comprovação deverá ser feita através da CERTIDÃO do CREA ou Conselho Profissional competente, devidamente atualizada;*

d) *Apresentar a Certificação do equipamento emitida pela Anatel.*

8. CONTRATO

8.1. Vigência

8.1.1 O prazo de vigência do instrumento contratual é fixado a partir da data da sua assinatura e terá a duração de 5 (anos) conforme previsto no artigo 106 da lei 14.133 /2021.

8.1.2 O prazo de vigência do instrumento contratual poderá ser prorrogado por até 10 (anos) conforme previsto no artigo 107 da lei 14.133 /2021.” Os contratos de serviços e fornecimentos contínuos poderão ser prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que haja previsão em edital e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes.”

8.2. Forma e regime de execução

A execução será de forma indireta, no regime de empreitada por preço global.

8.3. Recursos orçamentários

As despesas decorrentes da presente aquisição estão constantes no Planejamento de Contratações para o exercício de 2024 no ITEM 55.

8.4. Acréscimos e supressões

a) A contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões que a SAE, a seu critério e de acordo com sua disponibilidade orçamentária e financeira, determinar no valor inicial atualizado do objeto adjudicado, respeitados o limite de até 25% (vinte e cinco por cento).

b) Fica facultada a supressão além do limite aqui previsto, mediante acordo entre as partes, através de aditamento.

8.5. Reajuste

Em caso de prorrogação de prazo do compromisso firmado no contrato, será feito reajuste do preço constante na proposta comercial da empresa, utilizando-se de pesquisa de mercado como referência para a correção, a ser realizada pela própria unidade ou por instituto de pesquisa, dentre empresas produtoras e/ou comercializadoras do objeto. Também podem ser utilizados índices setoriais ou outros adotados pela Administração para definir o valor da correção.

8.6. Obrigações da Contratante

- a) Tornar Público contrato;
- b) Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais; c) Prestar informações e esclarecimentos solicitados pela contratada através de seus representantes legais;
- d) Notificar, por escrito, à contratada toda e qualquer ocorrência relacionada com a contratação e quaisquer falhas ocorridas, para a imediata adoção das providências de saneamento;
- e) Efetuar o pagamento da fatura/nota fiscal mensal no prazo avençado, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências contratuais;
- f) Deduzir e recolher na fonte os tributos pertinentes sobre os pagamentos efetuados à contratada;
- g) Decidir sobre eventuais alterações necessárias no instrumento contratual, nos limites permitidos por lei, para melhor adequação de seu objeto;
- h) Colocar à disposição da contratada os elementos e informações necessários à execução do contrato;
- i) Atestar a entrega dos materiais e receber a Nota Fiscal/Fatura correspondente, na forma estabelecida no Edital, Termo de Referência e seus anexos;
- j) Acompanhar, supervisionar e fiscalizar os trabalhos desenvolvidos pela contratada.

8.7 Obrigações da Contratada

- a) Indicar preposto pra representar empresa durante a vigência do contrato;
- b) Substituir os Módulos AVL em caso de pane, incondicionalmente por um novo;
- c) Suspender o serviço de monitoramento e rastreamento em veículos da SAE, ao receber a solicitação feita pelo Gestor de Frotas da SAE;
- d) Ativar os serviços de monitoramento e rastreamento suspenso, ao receber a solicitação feita pelo Gestor de Frotas da SAE;
- e) Transferir o serviço de monitoramento/rastreamento entre os veículos da SAE, ao receber a solicitação feita pelo Gestor de Frotas da SAE;
- f) Possibilitar acesso do software de monitoramento/rastreamento em, no mínimo, 02 (dois) computadores da SAE;
- g) Manter sigilo de todas as informações obtidas pelo sistema de monitoramento e rastreamento, sob pena de responsabilidade, bem como, de todo e qualquer assunto de interesse da SAE, ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto deste Termo de Referência, devendo orientar seus funcionários nesse sentido;
- h) Reportar-se sobre a execução do contrato, única e exclusivamente ao gestor do contrato;
- i) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução dos serviços, ou de materiais empregados;
- j) Responsabilizar-se pelo pagamento de eventuais multas aplicadas por quaisquer autoridades federais, estaduais e/ou municipais, em consequência de fato a si imputável e relacionadas aos serviços contratados;
- k) Indicar formalmente, por meio de carta de preposto, representante para responder pela execução do contrato junto ao gestor;
- l) Comunicar, por escrito, eventual paralisação dos serviços, apresentado razões justificadoras, que serão objeto de apreciação da SAE;
- m) Manter atualizado o número de telefone, e-mail ou qualquer outro meio de comunicação disponível para a solicitação de suporte;
- n) Dar plena e total garantia quanto à qualidade do serviço fornecido, responsabilizando-se quanto a qualquer problema ou reclamação que possam surgir durante vigência da Ata de registro de preços;
- o) Assumir, ainda, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas seus funcionários no desempenho dos serviços contratados ou em conexão com eles, ainda que ocorridos em dependências da SAE;
- p) Executar diretamente o objeto do contrato decorrente desta licitação, vedada a subcontratação, salvo nos casos que se exigir comprovada especialização, desde que haja a prévia aprovação da SAE;

- q) Prestar os serviços objeto deste Termo de Referência, sempre por intermédio de funcionários treinados e habilitados, com todo o ferramental, aparelhos de medição, peças, materiais e equipamentos necessários a sua execução;
- r) Responder pelos danos causados diretamente a SAE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela SAE, conforme artigo 120 da lei n. 14.133/21;
- s) Dar ao serviço contratado prioridade para sua execução por se tratar de interesse público, salvo motivo de força maior, devidamente comprovado;
- t) Prestar esclarecimentos, sempre que necessário, sobre os serviços, peças e acessórios aplicados nos veículos da SAE, fornecendo toda e qualquer orientação que possa ser dada para acompanhamento e apreciação do serviço objeto deste Termo de referência;
- u) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, de acordo como art. 92, inciso XIV, da Lei n. 14.133/21;
- v) Não promover a publicidade de seus serviços usando o objeto deste Termo de Referência, salvo se expressamente autorizado pela SAE.

8.8 Gestão e fiscalização

8.8.1 . Gestão

Será gerido pela Gerência Administrativa

8.8.2 . Fiscalização

A fiscalização será realizada pelo Gestor de Frotas da SAE

8.8.3. Condições e procedimentos de fiscalização

Para fiscalização o servidor designado deverá verificar se o sistema da contratada está em conformidade com o exigido no TR, no momento do recebimento provisório, o cumprimento de todas as condições referentes ao objeto deverão ter funcionalidade.

8.8.4. Será de responsabilidade da Central de Segurança

- a) Realizar monitoramento durante 24 horas pelos servidores treinados pela contratada;
- b) As providências em relação às ocorrências identificadas relativas à segurança durante o monitoramento, serão adotadas pelos operadores da Central de segurança da SAE;
- c) As providências em relação às ocorrências administrativas identificadas durante o monitoramento serão adotadas pelo Gestor de Frotas da SAE, auxiliado pelos fiscais designados da SAE;

8.9. Infrações e penalidades

8.9.1. Infrações

a) Serão consideradas infrações todas as ações ou omissões da contratada, seus representantes ou empregados, que caracterizem descumprimento do estabelecido no edital e seus anexos ou em qualquer legislação ou norma que regulamentem o objeto e a relação contratual;

b) Todas as infrações serão informadas à contratada por meio de notificação do gestor ou fiscal com o respectivo enquadramento no contrato ou seus anexos;

c) Depois de decorrido o prazo estabelecido na notificação, o gestor emitirá e encaminhará à autoridade competente parecer sobre a defesa apresentada pela contratada, opinando pela aplicação ou não de penalidade;

9. do foro

Fica eleito o foro da Comarca de Araguari-MG para dirimir quaisquer questões atinentes a esta contratação.

10. Relação dos veículos

ITEM	PREFI XO	PLACA	TIPO	COMBUST ÍVEL	MARCA/ MODELO
1	VT-08	GVA-0853	MOTOCICLETA	G	HONDA CG 125 TITAN
2	VT-18	***** ***	MÁQUINA	D	RETRO ESCAVADEIRA / CASE 580 L
3	VT-20	GWY- 4331	MOTOCICLETA	G	HONDA CG 125 TITAN
4	VT-23	HMM- 7806	CAMINHÃO TRUCK	D	MERCEDES BENZ L 1620
5	VT-25	***** ***	MÁQUINA	D	RETRO ESCAVADEIRA / FIATALLIS FB 80.3
6	VT-26	HAP-3862	MOTOCICLETA	G	YAMAHA / YBR 125K
7	VT-29	HMN- 2919	CAMINHÃO 3/4	D	FORD F-4000
8	VT-30	***** ***	MÁQUINA	D	RETRO ESCAVADEIRA / RANDON RK 406B
9	VT-33	HEC-4526	MOTOCICLETA	G	HONDA CG 125 FAN
10	VT-34	HMN- 5948	CAMINHÃO 3/4	D	FORD F -4000
11	VT-35	HKX- 8992	MOTOCICLETA	G	HONDA CG 125 FAN



SUPERINTENDÊNCIA DE ÁGUA ESGOTO

Av. Hugo Alessi, 50 - B. Industrial - Cep 38.442.028 - Cx. P. 218 - Fone (34) 3246-6697
CNPJ 16.829.475/0001-25 - Insc. Est. 035171341.00-06 - e-mail - patricia@sae-araguari.com.br - licitasae@sae-araguari.com.br
Licitações Página 75 de 76

12	VT-36	HJF-5232	CAMINHÃO TRUCK	D	IVECO/EUROCARGO 230E24
13	VT-37	HKF-2926	CAMINHÃO ¾	D	IVECO/DAILY 35S14
14	VT-38	HKF-2913	CAMINHÃO ¾	D	IVECO/DAILY 35S14
15	VT-39	HKF-2923	CAMINHÃO ¾	D	IVECO/DAILY 35S14
16	VT-40	HKE-2684	AUTOMÓVEL	FLEX	FORD / FIESTA SEDAN
17	VT-41	***** ***	MÁQUINA	D	RETROESCAVADEIRA / RANDON RD 406 ADVANCED
18	VT-42	OPW-7044	CAMINHÃO 3/4	S-10	IVECO / DAILY 70C17 HD
19	VT-43	OQT-7177	AUTOMÓVEL	FLEX	FIAT STRADA WORKING
20	VT-44	OQT-7185	AUTOMÓVEL	FLEX	FIAT LINEA ESSENCE
21	VT-45	OQV-4062	CAMINHÃO 3/4	S-10	IVECO/DAILY 35S14 HD
22	VT-46	OQV-4A92	CAMINHÃO 3/4	S-10	IVECO/DAILY 35S14 HD
23	VT-47	OQV-8170	AUTOMÓVEL	FLEX	FIAT STRADA WORKING
24	VT-48	OQX-0944	AUTOMÓVEL	FLEX	PALIO ATTRACTIVE
25	VT-49	OQX-0937	AUTOMÓVEL	FLEX	PALIO ATTRACTIVE
26	VT-50	PUF-6707	CAMINHÃO TRUCK	S-10	IVECO/TECTOR 170E28
27	VT-51	QQQ-4748	MOTOCICLETA	FLEX	YAMAHA / XTZ 150 CROSSER
28	VT-52	QQQ-4756	MOTOCICLETA	FLEX	YAMAHA / XTZ 150 CROSSER
29	VT-53	QQQ-4760	MOTOCICLETA	FLEX	YAMAHA / XTZ 150 CROSSER
30	VT-54	QQQ-4765	MOTOCICLETA	FLEX	YAMAHA / YBR 150 FACTOR
31	VT-55	QQQ-4769	MOTOCICLETA	FLEX	YAMAHA / YBR 150 FACTOR
32	VT-56	QQQ-4771	MOTOCICLETA	FLEX	YAMAHA / YBR 150 FACTOR

Luiz Felipe de Miranda
Superintendente SAE

Rômulo Cesar de Souza
SAE Araguari - MG



SUPERINTENDÊNCIA DE ÁGUA ESGOTO

Av. Hugo Alessi, 50 - B. Industrial - Cep 38.442.028 - Cx. P. 218 - Fone (34) 3246-6697
CNPJ 16.829.475/0001-25 - Insc. Est. 035171341.00-06 - e-mail - patricia@sae-araguari.com.br - licitasae@sae-araguari.com.br

Licitações Página 76 de 76

33	VT-57	QWX-3172	CAMINHÃO TRUCK	S-10	IVECO /TECTOR 170E28
34	VT-58	RFD-1A74	CAMINHÃO TRUCK	S-10	IVECO /TECTOR 240E28
35	VT-59	SHP-6J35	MOTOCICLETA	FLEX	YAMAHA / YBR 150 FACTOR
36	VT-60	SHP-6J41	MOTOCICLETA	FLEX	YAMAHA / YBR 150 FACTOR
37	VT-61	SHP-6J44	MOTOCICLETA	FLEX	YAMAHA / YBR 150 FACTOR
38	VT-62	SHZ-9H49	AUTOMÓVEL	FLEX	FIAT/STRADA FREEDOM 1.3
39	VT-63	SIH-6J02	AUTOMÓVEL	FLEX	FIAT/STRADA FREEDOM 1.3
40	VT-64	***** **	MÁQUINA	D	RETROESCAVADEIRA / MULLER 406

Responsável pela formalização e assinatura do TR – TERMO DE REFERÊNCIA, com destaque às condições para participação na licitação:

Sr. REINALDO GOMES DE LIMA

Requisitante – Gestor de Frotas

Luiz Felipe de Miranda
Superintendente SAE

Rômulo Cesar de Souza
SAE Araguari - MG